

De acordo com o disposto no artigo 10º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM transcreve-se a

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NO 1.º TRIMESTRE DE 2010

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28 Porto - 4000-295 Porto - Capital Social de 4.694.600.000 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de
Identificação fiscal 501 525 882

Síntese de Indicadores

	Milhões de euros	31 Mar. 10	31 Mar. 09	Var. 10 / 09
Balanço				
Activo total		96.660	93.085	3,8%
Crédito a clientes ⁽¹⁾		77.137	76.967	0,2%
Crédito a clientes (líquido) ⁽¹⁾		75.035	75.096	-0,1%
Recursos totais de clientes ^{(1) (2)}		67.446	63.230	6,7%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾		50.661	49.105	3,2%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾		45.978	42.597	7,9%
Resultados				
Margem financeira		340,6	373,8	-8,9%
Produto bancário ⁽³⁾		700,7	739,5	-5,2%
Custos operacionais ⁽⁴⁾		382,2	400,7	-4,6%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)		164,8	160,1	2,9%
Impostos sobre lucros		22,0	28,9	-23,8%
Interesses minoritários		13,5	6,3	113,5%
Resultado líquido		96,4	106,7	-9,6%
Rendibilidade				
Produto bancário / Activo líquido médio ⁽⁵⁾		2,9%	3,2%	
Rendibilidade do activo médio (ROA) ⁽⁶⁾		0,5%	0,5%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Activo líquido médio ⁽⁵⁾		0,6%	0,6%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)		7,9%	8,7%	
Resultado antes de impostos e interesses minoritários / Capitais próprios médios ⁽⁵⁾		9,9%	10,9%	
Qualidade do crédito				
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽⁵⁾		3,8%	2,0%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽⁵⁾		1,1%	-0,4%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias		108,9%	161,2%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido total		98,3%	132,6%	
Rácios de eficiência				
Custos operacionais / Produto bancário ^{(5) (7)}		54,5%	55,8%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) ^{(5) (7)}		50,6%	50,7%	
Custos com o pessoal / Produto bancário ^{(5) (7)}		29,8%	32,3%	
Capital				
Fundos próprios totais		7.294	6.577	
Riscos ponderados		64.610	66.184	
Rácio de adequação de fundos próprios de base ⁽⁵⁾		9,3%	6,8%	
Rácio de adequação de fundos próprios ⁽⁵⁾		11,3%	9,9%	
Sucursais				
Actividade em Portugal		912	917	-0,5%
Actividade internacional ⁽¹⁾		862	851	1,3%
Colaboradores				
Actividade em Portugal		10.254	10.516	-2,5%
Actividade internacional ⁽¹⁾		11.070	11.164	-0,8%

(1) Ajustado do impacto relacionado com as operações na Turquia e nos EUA, na sequência dos acordos de alienação estabelecidos.

(2) Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e seguros de capitalização.

(3) Margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal).

(4) Custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(5) Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(6) Com base no resultado antes de interesses minoritários.

(7) Exclui impacto de itens específicos.

Tendo em consideração os acordos estabelecidos com vista à alienação de participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia e à venda da totalidade da rede de sucursais e respectiva carteira de depósitos do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA) e de acordo com o disposto na IFRS 5, em 31 de Março de 2010 o total dos activos e dos passivos destas subsidiárias são apresentados, respectivamente, nas rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda” do Balanço consolidado, enquanto que as rubricas de custos e proveitos do exercício são relevadas de acordo com a respectiva natureza nas diversas rubricas da Demonstração de resultados consolidados. Até ao momento da venda o Grupo continuará a consolidar em reservas e resultados as variações ocorridas na situação patrimonial do Millennium bank Turquia e do Millennium bcpbank EUA.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp totalizou 96,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com 106,7 milhões de euros no período homólogo de 2009. O resultado líquido do primeiro trimestre de 2009 inclui a contabilização da valia contabilística apurada no âmbito da dispersão a novos accionistas do capital social do Banco Millennium Angola, no montante de 21,2 milhões de euros. Excluindo este impacto, o resultado líquido aumentou 12,8%, favoravelmente influenciado pela redução dos custos operacionais e pelos aumentos das comissões líquidas e dos resultados por equivalência patrimonial, o que mais do que compensou a menor margem financeira, pressionada pelo estreitamento dos *spreads* dos depósitos de clientes. A redução dos custos operacionais reflecte fundamentalmente a diminuição dos custos com o pessoal, por via dos menores custos com pensões.

Em termos trimestrais, o resultado líquido consolidado tem vindo a crescer desde o terceiro trimestre do ano anterior, impulsionado pelo crescimento sustentado do produto bancário, suportado pelos desempenhos dos resultados em operações financeiras, das comissões e da margem financeira, e pela contenção dos custos operacionais, os quais, em conjunto, contrariaram o comportamento dos impostos e da imparidade do crédito (líquida de recuperações).

O resultado líquido em Portugal situou-se em 72,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com 113,5 milhões de euros no período homólogo de 2009. A evolução do resultado líquido em Portugal, face ao trimestre homólogo, beneficiou do aumento das comissões líquidas (+15,9%), quer das comissões mais directamente relacionadas com a actividade bancária, quer das comissões relacionadas com os mercados, e da redução dos custos operacionais (-11,0%), em especial dos custos com o pessoal, reflectindo os menores custos com pensões. A inflexão da margem financeira condicionou igualmente a evolução do resultado líquido em Portugal, o qual tem vindo a evidenciar um crescimento sustentado desde o segundo trimestre de 2009.

Na actividade internacional, o resultado líquido cifrou-se em 24,1 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando favoravelmente com qualquer dos trimestres de 2009, tendo sido potenciado pelos acréscimos sucessivos do produto bancário, reflectindo fundamentalmente os desempenhos alcançados pela margem financeira e pelas comissões líquidas, embora parcialmente mitigado pelo aumento dos custos operacionais, relevados no Banco Millennium Angola e no Millennium bim em Moçambique, relacionados com a implementação dos planos de expansão das redes de distribuição e dos negócios nestas geografias, bem como pelo efeito cambial decorrente da apreciação do zloti face ao euro com impacto no aumento dos custos operacionais do Bank Millennium na Polónia.

A **margem financeira** cifrou-se em 340,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010 (373,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009), representando um aumento de 1,4% face ao quarto trimestre de 2009. O comportamento da margem financeira reflecte fundamentalmente a diminuição das taxas de juro das operações com clientes, acompanhando a tendência das taxas de referência do mercado, repercutindo-se num efeito taxa de juro desfavorável, o qual foi parcialmente compensado pelo efeito volume positivo. Em Portugal, a margem financeira foi também condicionada pelo efeito taxa de juro desfavorável, tendo beneficiado, contudo, do efeito volume positivo induzido especialmente pelo aumento dos depósitos de clientes, enquanto que na actividade internacional, a margem financeira foi impulsionada pelo efeito taxa de juro favorável, suportada fundamentalmente pelo desempenho do Bank Millennium na Polónia.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,59% no primeiro trimestre de 2010, evoluindo favoravelmente face aos 1,56% apurados no quarto trimestre de 2009, beneficiando da melhoria do *spread* de clientes, medido pela diferença entre as taxas de juro médias do crédito a clientes e dos depósitos de clientes, nomeadamente na actividade em Portugal ao evoluir de 1,36% no trimestre anterior para 1,49% no primeiro trimestre de 2010. Em base trimestral tem-se verificado uma evolução favorável da taxa de margem financeira desde o segundo trimestre de 2009, beneficiando da progressiva revisão dos *spreads* das operações de crédito com clientes, de modo a reflectir adequadamente o custo do risco implícito no refinanciamento e nas novas operações contratadas.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros	1º Trim. 10		1º Trim. 09	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.516	1,14	4.123	2,46
Activos financeiros	6.492	4,04	4.018	6,08
Créditos a clientes	74.943	3,53	74.991	5,35
Activos geradores de juros	85.951	3,44	83.132	5,24
Activos não geradores de juros	10.493		10.809	
	<u>96.444</u>		<u>93.941</u>	
Depósitos de instituições de crédito	8.898	1,70	8.869	3,90
Depósitos de clientes	46.353	1,97	43.094	3,15
Dívida emitida e passivos financeiros	29.634	1,55	29.864	3,46
Passivos subordinados	2.361	2,90	2.625	4,83
Passivos geradores de juros	87.246	1,83	84.452	3,39
Passivos não geradores de juros	1.885		3.262	
Capitais próprios e Interesses minoritários	7.313		6.227	
	<u>96.444</u>		<u>93.941</u>	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,59		1,80

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, nos primeiros trimestres de 2010 e de 2009, à respectiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** aumentaram 19,8% para 202,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, face aos 168,7 milhões de euros relevados no primeiro trimestre de 2009. O crescimento das comissões líquidas beneficiou do desempenho das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário, nomeadamente as comissões associadas à colocação de seguros nas redes comerciais (*bancassurance*), a par do aumento das comissões relacionadas com os mercados financeiros. A evolução favorável das comissões líquidas traduz o crescimento simultâneo evidenciado quer pela actividade em Portugal (+15,9%), quer pela actividade internacional (+29,3%), em particular pelas subsidiárias na Polónia, na Grécia, em Angola e na Suíça.

Os **resultados em operações financeiras**, que incorporam os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, ascenderam a 135,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com os 149,8 milhões de euros apurados em igual período de 2009. O comportamento dos resultados em operações financeiras foi influenciado, fundamentalmente, pela evolução positiva na actividade em Portugal (+1,5%) e pelo impacto desfavorável da reavaliação de instrumentos financeiros derivados apurado no Bank Millennium na Polónia, não obstante os desempenhos positivos registados pelas subsidiárias em Moçambique e em Angola, impulsionados pelos ganhos em operações cambiais. Em termos trimestrais, o comportamento dos resultados em operações financeiras reflecte o efeito positivo apurado no primeiro trimestre de 2010 no montante de 36,3 milhões de euros (20,5

milhões de euros no primeiro trimestre de 2009), associado à reavaliação dos instrumentos contabilizados em *fair value option*, decorrente da evolução desfavorável das condições de financiamento no mercado e consequente deterioração do risco de crédito próprio do Banco.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**, que incluem os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros activos, cifraram-se em 5,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, que comparam com os 35,1 milhões de euros contabilizados em igual período de 2009. No primeiro trimestre de 2009, os outros proveitos de exploração relevados na actividade em Portugal incorporam a valia contabilística apurada com a dispersão de 49,9% do capital social do Banco Millennium Angola, no montante de 21,2 milhões de euros. Excluindo este impacto, não obstante os menores proveitos da actividade em Portugal, a evolução dos outros proveitos de exploração foi positivamente influenciada pelo desempenho na actividade internacional.

Os **resultados por equivalência patrimonial** totalizaram 16,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, registando um aumento de 45,6% face aos 11,5 milhões de euros contabilizados no período homólogo de 2009. Este desempenho reflecte essencialmente a apropriação de resultados comparativamente superiores relacionados com a participação de 49% detida na Millenniumbcp Fortis.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

<i>Milhões de euros</i>	1º Trim. 10	1º Trim. 09	Var. 10/09
Comissões líquidas			
Comissões bancárias			
Cartões	43,6	44,8	-2,8%
Crédito e garantias	41,8	43,9	-4,6%
<i>Bancassurance</i>	18,7	12,0	55,6%
Outras comissões	55,6	37,8	47,1%
Subtotal comissões bancárias	159,7	138,5	15,3%
Comissões relacionadas com mercados			
Operações sobre títulos	29,5	19,5	50,8%
Gestão de activos	13,0	10,7	21,7%
Subtotal comissões com mercados	42,5	30,2	40,5%
Total comissões líquidas	202,2	168,7	19,8%
Resultados em operações financeiras	135,4	149,8	-9,6%
Outros proveitos de exploração líquidos ⁽¹⁾	5,0	35,1	-85,7%
Rendimentos de instrumentos de capital	0,9	0,6	44,0%
Resultados por equivalência patrimonial	16,7	11,5	45,6%
Total outros proveitos líquidos	360,2	365,7	-1,5%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽²⁾	51,4%	49,5%	

(1) Inclui, no primeiro trimestre de 2009, a valia contabilística no montante de 21,2 milhões de euros, relacionada com a dispersão de 49,9% do capital social do Banco Millennium Angola.

(2) Calculado de acordo com Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Os **custos operacionais**, que incluem os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, reduziram 4,6% para 382,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, face aos 400,7 milhões de euros relevados no período homólogo de 2009, traduzindo os menores custos com pessoal e a diminuição das amortizações do exercício. A contracção dos custos operacionais foi suportada pelas poupanças alcançadas na actividade em Portugal, o que mais do que compensou o comportamento dos custos na actividade internacional. Em Portugal, a queda de 11,0% nos custos operacionais reflecte a diminuição registada em todos os agregados, nomeadamente de 15,8% em custos com o pessoal, de 9,6% em amortizações do exercício e de 1,9% em outros gastos administrativos, em consonância com as iniciativas

implementadas visando a simplificação organizativa do Banco e a optimização de processos. Na actividade internacional, a evolução dos custos operacionais foi essencialmente influenciada pelo desempenho do Banco Millennium Angola e do Millennium bim em Moçambique, fundamentalmente relacionado com a estratégia de crescimento orgânico prosseguida nestes mercados, tendo sido parcialmente mitigado pelos menores custos operacionais relevados pelo Bank Millennium na Polónia, excluindo o efeito cambial do zloti face ao euro, pelo Millennium bank na Grécia e pela Banca Millennium na Roménia.

O rácio de eficiência consolidado, em base comparável, situou-se em 54,5% no primeiro trimestre de 2010, comparando favoravelmente com 55,8% observado no primeiro trimestre de 2009, e evidenciando uma melhoria de 6,7 p.p. face ao quarto trimestre de 2009. Na actividade em Portugal, o rácio de eficiência situou-se em 50,6%, posicionando-se praticamente ao nível observado no período homólogo de 2009, registando, contudo, uma melhoria de 7,9 p.p. quando comparado com o quarto trimestre de 2009.

Os custos com o pessoal reduziram 10,0%, cifrando-se em 208,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010 (231,9 milhões de euros no período homólogo de 2009). A evolução dos custos com o pessoal foi influenciada pelos menores custos relacionados com encargos sociais, designadamente a contribuição para o fundo de pensões, relevados nos primeiros três meses de 2010. A redução dos custos com o pessoal foi suportada essencialmente pela diminuição de 15,8% na actividade desenvolvida em Portugal, o que mais do que compensou o aumento de 5,2% na actividade internacional, nomeadamente no Bank Millennium na Polónia, fundamentalmente influenciado pelo efeito cambial do zloti face ao euro, e no Banco Millennium Angola, não obstante a descida de custos no Millennium bank na Grécia e na Banca Millennium na Roménia.

Os outros gastos administrativos totalizaram 147,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, registando um aumento de 3,6% face aos 142,6 milhões de euros relevados no período homólogo de 2009, embora evidenciando uma redução de 1,9% na actividade em Portugal. Na actividade internacional, o comportamento dos outros gastos administrativos (+11,6%) foi influenciado pelos maiores custos com serviços especializados, publicidade e rendas, relacionados com a estratégia de crescimento orgânico em curso em Angola e em Moçambique, não obstante a redução dos gastos administrativos no Bank Millennium na Polónia, excluindo o efeito cambial do zloti face ao euro, reflectindo o impacto das iniciativas visando a melhoria da eficiência operacional. Na actividade em Portugal, a contracção dos outros gastos administrativos traduz as poupanças alcançadas na maioria das rubricas, em particular nos gastos relacionados com serviços especializados, deslocações, publicidade e comunicações.

As amortizações do exercício situaram-se em 25,7 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com os 26,2 milhões de euros apurados no período homólogo de 2009. A redução das amortizações do exercício (-1,7%) reflecte, por um lado, as menores amortizações relevadas na actividade em Portugal, essencialmente relacionadas com equipamentos e imóveis, e, por outro, o acréscimo observado na actividade internacional, decorrente dos investimentos associados aos planos de expansão implementados pelas operações desenvolvidas em Angola, em Moçambique e na Roménia.

CUSTOS OPERACIONAIS

Milhões de euros	1º Trim. 10	1º Trim. 09	Var. 10/09
Custos com o pessoal	208,8	231,9	-10,0%
Outros gastos administrativos	147,7	142,6	3,6%
Amortizações do exercício	25,7	26,2	-1,7%
	382,2	400,7	-4,6%
dos quais:			
Actividade em Portugal	238,1	267,7	-11,0%
Actividade internacional	144,1	133,0	8,3%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(1) (2)}	50,6%	50,7%	

(1) Actividade em Portugal. Calculado de acordo com a Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

(2) Exclui impacto de itens específicos.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** cifrou-se em 164,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com 160,1 milhões de euros no período homólogo de 2009. O comportamento da imparidade do crédito (líquida de recuperações) continuou a ser condicionado pelas debilidades que caracterizam a actual fase do ciclo económico, com especial impacto no reforço de dotações relevado na actividade em Portugal, visando cobrir os sinais de imparidade identificados na carteira de crédito. Na actividade internacional, não obstante o maior nível de dotações no Millennium bim e no Banco Millennium Angola, reflexo da expansão do volume de negócios, evidencia-se a evolução positiva face ao período homólogo de 2009, associada às operações desenvolvidas na Suíça e na Polónia.

O custo do risco, medido pela proporção de dotações para imparidades (líquidas de recuperações) no total da carteira de crédito, situou-se em 85 pontos base no primeiro trimestre de 2010 (82 pontos base no primeiro trimestre de 2009).

As **outras provisões** incluem as dotações para imparidades de outros activos e para outras provisões, nomeadamente as dotações para imparidade de activos recebidos em dação não totalmente cobertos por garantias, e o provisionamento para riscos e encargos diversos. As outras provisões totalizaram 21,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com 36,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009. Esta evolução foi suportada pela actividade em Portugal, beneficiando da redução das provisões constituídas para contingências diversas, a par do menor nível de dotações relacionadas com perdas por imparidade associadas a imóveis recebidos por via da resolução de contratos de crédito com clientes.

BALANÇO

O **activo total** consolidado elevou-se a 96.660 milhões de euros em 31 de Março de 2010, comparando com os 93.085 milhões de euros apurados em igual data de 2009.

O **crédito a clientes** ascendeu a 77.137 milhões de euros em 31 de Março de 2010, registando um crescimento, em base comparável, de 0,2% face aos 76.967 milhões de euros apurados em 31 de Março de 2009, suportado pelo desempenho do crédito a clientes particulares, que aumentou 4,2% face a igual data de 2009, cifrando-se em 34.640 milhões de euros no final de Março de 2010, impulsionado pelo crédito hipotecário (+4,5%). O crédito a empresas situou-se em 42.497 milhões de euros em 31 de Março de 2010, evidenciando uma diminuição de 2,8% face a 31 de Março de 2009, essencialmente como resultado da menor exposição ao sector da construção.

A estrutura da carteira de crédito permaneceu estável e diversificada, entre 31 de Março de 2009 e 31 de Março de 2010, com o crédito a empresas a manter-se como a principal componente do crédito concedido a clientes, representando 55,1% da carteira, enquanto o crédito a particulares representava 44,9% do crédito total.

O crescimento do crédito a clientes foi impulsionado pela actividade internacional (+10,2%), nomeadamente pelo Bank Millennium na Polónia, beneficiando do efeito cambial do zloti face ao euro, e pelos desempenhos das subsidiárias na Grécia, em Moçambique e em Angola, suportados fundamentalmente pelo crédito a empresas. Na actividade em Portugal, a evolução do crédito a clientes (-2,2%) foi condicionada pelo comportamento do crédito a empresas, não obstante o crescimento do crédito a clientes particulares, designadamente do crédito hipotecário.

CRÉDITO A CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 10	31 Mar. 09	Var. 10 / 09
Particulares			
Crédito hipotecário	29.543	28.279	4,5%
Crédito ao consumo	5.097	4.954	2,9%
	<u>34.640</u>	<u>33.233</u>	4,2%
Empresas			
Serviços	16.509	16.092	2,6%
Comércio	4.975	5.316	-6,4%
Outros	21.013	22.326	-5,9%
	<u>42.497</u>	<u>43.734</u>	-2,8%
Subtotal	<u>77.137</u>	<u>76.967</u>	0,2%
do qual:			
Actividade em Portugal	60.334	61.716	-2,2%
Actividade internacional	16.803	15.251	10,2%
Crédito relacionado com activos em alienação ⁽¹⁾	--	857	
Total	<u>77.137</u>	<u>77.824</u>	

(1) Millennium bank Turquia e Millennium bcpsbank EUA.

A qualidade da carteira de crédito, aferida com base nos indicadores de incumprimento, designadamente pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 2,5% em 31 de Março de 2010, evidenciando níveis compatíveis com a actual fase do ciclo económico. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidade situou-se em 108,9% no final de Março de 2010.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2010

<i>Milhões de euros</i>	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito Total	Grau de cobertura
Particulares				
Crédito hipotecário	154	183	0,5%	118,3%
Crédito ao consumo	356	330	7,0%	92,8%
	<u>510</u>	<u>513</u>	1,5%	100,5%
Empresas				
Serviços	464	480	2,8%	103,6%
Comércio	269	259	5,4%	96,3%
Outros	689	851	3,3%	123,5%
	<u>1.422</u>	<u>1.590</u>	3,3%	111,8%
Total	<u>1.932</u>	<u>2.103</u>	2,5%	108,9%

Os **recursos totais** de clientes aumentaram 6,7%, em base comparável, totalizando 67.446 milhões de euros em 31 de Março de 2010, face aos 63.230 milhões de euros relevados em igual data de 2009, suportados pelos crescimentos de 18,8% dos recursos fora de balanço de clientes e de 3,2% dos recursos de balanço de clientes. A subida dos recursos fora de balanço foi impulsionada pelos desempenhos alcançados quer pelos activos sob gestão (+17,8%), quer pelos seguros de capitalização (+19,3%), impulsionados pelo restabelecimento gradual dos mercados de capitais e pelos sinais crescentes da retoma de confiança dos investidores. A evolução favorável dos recursos de balanço de clientes foi determinada pelo aumento dos depósitos de clientes (+7,9%), beneficiando da preferência dos clientes por aplicações financeiras com menor nível de risco, em particular as tradicionais aplicações a prazo, o que mais do que compensou o menor volume de débitos para com clientes titulados face a igual data de 2009, não obstante o acréscimo evidenciado face ao final do trimestre anterior.

A evolução dos recursos totais de clientes, face a 31 de Março de 2009, foi positivamente influenciada pela actividade em Portugal, alicerçada fundamentalmente nos recursos fora de balanço de clientes (+15,6%) e nos depósitos de clientes (+4,1%), beneficiando do aumento dos recursos de clientes no segmento de retalho e Empresas. Na actividade internacional, os recursos totais de clientes cresceram 20,3%, potenciados pelos desempenhos observados na generalidade das operações internacionais, nomeadamente na Polónia, Grécia, Suíça, Angola e Moçambique.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 10	31 Mar. 09	Var. 10 / 09
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes	45.978	42.597	7,9%
Débitos para com clientes titulados	4.683	6.508	-28,0%
	50.661	49.105	3,2%
Recursos fora de balanço de clientes			
Activos sob gestão	5.073	4.306	17,8%
Seguros de capitalização	11.712	9.819	19,3%
	16.785	14.125	18,8%
Subtotal	67.446	63.230	6,7%
dos quais:			
Actividade em Portugal	50.902	49.478	2,9%
Actividade internacional	16.544	13.752	20,3%
Recursos relacionados com activos em alienação ⁽¹⁾	--	939	
Total	67.446	64.169	

(1) Millennium bank Turquia e Millennium bcpbank EUA.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

Nos primeiros três meses de 2010, a gestão de liquidez no Millennium bcp, no quadro das linhas de orientação estratégica definidas, pautou-se por critérios de prudência e pela agilidade de actuação, de modo a garantir (i) o aproveitamento das oportunidades de acesso a fontes alternativas de tomada de fundos, (ii) a optimização do custo do *funding* nos mercados de transacções de elevados montantes (*wholesale funding*), privilegiando os instrumentos de médio/longo prazo com condições de preço relativamente mais favoráveis, (iii) a diversificação das fontes e das maturidades de financiamento, adequando-as à sua estrutura de balanço e (iv) o reforço da captação e retenção de recursos de balanço de clientes.

O *gap* comercial consolidado, medido pela cobertura dos créditos concedidos a clientes pelos recursos de clientes de balanço, estabilizou face ao registado no final de 2009, impulsionado pela capacidade de captação e retenção de recursos de clientes de balanço e beneficiando da estabilização do crédito concedido a clientes. O crescimento do volume de depósitos de clientes continuou a revelar-se uma importante fonte de financiamento do crédito concedido a clientes, o qual, em conjugação com a execução do plano de financiamento do Grupo estabelecido para o primeiro trimestre de 2010 na vertente de *wholesale funding*, contribuíram para a preservação de níveis de liquidez adequados, suportando o desenvolvimento da actividade de intermediação e correspondendo, deste modo, às necessidades financeiras da base de clientes.

No primeiro trimestre de 2010, o Grupo prosseguiu a sua política de titularização da carteira de crédito através de uma nova operação denominada “Tagus Leasing”, no montante de 1,2 mil milhões de euros, e concretizou com sucesso duas emissões de obrigações, uma a taxa fixa a 2 anos no montante de 750 milhões de euros e outra a taxa variável a 3 anos no montante de 300 milhões de euros, ambas ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN). A carteira de títulos elegível para colateral em eventuais operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais ascendeu a 11,3 mil milhões de euros em 31 de Março de 2010, comparando com 10,6 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2009.

CAPITAL

Os rácios de capital reportados a 31 de Março de 2010 foram calculados no quadro regulamentar de Basileia II, aplicando-se actualmente o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito. Durante 2009, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado o método *standard* para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para os riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal.

O **rácio de solvabilidade consolidado**, em 31 de Março de 2010, situou-se em 11,3%, tendo o Tier I fixado-se em 9,3%, confortavelmente acima do limiar mínimo de 8% recomendado pelo Banco de Portugal, e o rácio Core Tier I situou-se em 6,4%.

No âmbito da adopção das metodologias de cálculo dos requisitos de capital resultantes do Acordo de Basileia II, acolhidas pela União Europeia através das directivas comunitárias cuja transposição para o ordenamento jurídico nacional ocorreu em 2007, o Grupo BCP solicitou ao Banco de Portugal autorização formal para a utilização do método baseado em *ratings* internos (abordagem IRB) para o tratamento dos riscos de crédito e de contraparte.

Tendo em conta a evolução do processo de revisão, pelo Banco de Portugal, da candidatura relativamente à utilização dos métodos IRB, o Millennium bcp procedeu ao cálculo dos rácios de capital *pro forma*, apurados de acordo com a mencionada abordagem IRB, estimando-se o rácio Core Tier I em 7,3% e os rácios Tier I e Total, respectivamente, em 9,7% e 11,0%, em 31 de Março de 2010, reflectindo desempenhos positivos de 21 p.b., 45 p.b. e 41 p.b., respectivamente, face ao final de 2009.

O Core Tier I foi influenciado positivamente pelos impactos relacionados com (i) o acréscimo dos interesses minoritários associados ao aumento de capital da Polónia, (ii) o aumento dos restantes interesses minoritários, maioritariamente da Polónia (excluindo os do aumento de capital), (iii) a reavaliação positiva do investimento na Eureka, e (iv) os resultados retidos, com base num pay-out de 40%, mitigados pelos impactos do aumento da dedução do diferencial apurado entre as provisões regulamentares e as imparidades, com aplicação exclusivamente no método *standard*, do aumento do valor do risco de crédito próprio dos passivos ao justo valor, e pelo efeito adverso dos impactos diferidos dos ajustamentos da transição para as IFRS, da tabela de mortalidade de 2005 e das perdas actuariais de 2008. Os rácios de capital apurados não incorporam os efeitos relacionados com a alienação das operações na Turquia e nos EUA.

Adicionalmente, os riscos ponderados contribuíram positivamente para a evolução dos rácios de solvabilidade ao registarem uma redução, entre 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Março de 2010, beneficiando das medidas implementadas de optimização e reforço de colaterais.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros	Padrão		Pro forma IRB ⁽¹⁾	
	31 Mar. 10 ⁽²⁾	31 Dez. 09	31 Mar. 10 ⁽²⁾	31 Dez. 09 ⁽²⁾
Fundos Próprios				
Base	6.019	6.102	5.869	5.642
dos quais: Acções preferenciais e "Valores"	1.935	1.934	1.935	1.934
Outras deduções ⁽³⁾	(19)	(19)	508	(641)
Complementares	1.403	1.566	913	943
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(127)	(127)	(127)	(127)
Total	7.294	7.541	6.655	6.458
Riscos Ponderados	64.610	65.769	60.723	61.240
Rátios de Solvabilidade				
Core Tier I	6,4%	6,4%	7,3%	7,1%
Tier I	9,3%	9,3%	9,7%	9,2%
Tier II	2,0%	2,2%	1,3%	1,3%
Total	11,3%	11,5%	11,0%	10,5%

(1) Os rácios apresentados foram calculados de acordo com os métodos IRB, tendo em conta a evolução do processo de revisão, pelo Banco de Portugal, da candidatura à utilização destes métodos. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as carteiras de retalho colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal. No 1º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

(2) Os valores e os rácios apresentados não incluem os impactos das vendas de 95% do Millennium bank AS na Turquia, cujo impacto no Tier I é positivo em cerca de 6 p.b. nem da operação nos EUA.

(3) Inclui, nomeadamente, as deduções associadas às participações detidas na Millenniumbcp Fortis e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

SEGMENTOS

O Grupo Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho e Empresas, de Corporate e Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos segmentos

O segmento Banca de Retalho e Empresas, em Portugal, apresenta duas abordagens específicas: (i) a Banca de Retalho encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados por clientes *Prestige* e Negócios; (ii) a rede Empresas, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados. A Banca de Retalho e Empresas inclui também o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos simples e modernos. No âmbito da estratégia de *cross-selling*, o segmento Banca de Retalho e Empresas funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade das áreas de negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Banca de Investimento inclui: (i) a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project finance*, *Corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede de Private Banking em Portugal e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium bank na Grécia, o Banque Privée bcp na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o Millennium bim em Moçambique, o Banco Millennium Angola em Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Cayman. O Millennium bank na Turquia e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América encontram-se em processo de alienação.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços, na Suíça pelo Banque Privée bcp, uma plataforma de *Private Banking* de direito suíço e na Roménia com uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco focado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado e nas Ilhas Cayman pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de *Private Banking* a clientes com elevado património financeiro (segmento Affluent).

Actividade dos segmentos de negócio

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se actualmente o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito. Em 2009, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado o método *standard* para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para os riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas, em 2009, as alterações estruturais ocorridas no segundo semestre de 2009 ao nível da organização dos segmentos: a rede Empresas foi incorporada no segmento Banca de Retalho e Empresas passando a rede Corporate a fazer parte do segmento Corporate e Banca de Investimento enquanto o Banque Privée bcp e o Millennium bcp Bank & Trust foram incorporados nos Negócios no Exterior deixando de fazer parte do Private Banking e Asset Management. A afectação de capital de cada segmento de negócio no primeiro trimestre de 2010 foi de 6,5% tendo sido, para efeitos comparativos, considerada a mesma percentagem de afectação de capital no período homólogo de 2009.

As contribuições líquidas de cada segmento reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo. A informação seguidamente apresentada, foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização, a 31 de Março de 2010, das áreas de negócio do Grupo.

Retalho e Empresas

A contribuição líquida da Banca de Retalho e Empresas em Portugal cifrou-se em 49,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com 51,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009. A redução da margem financeira dos depósitos e do crédito foi determinada pela diminuição dos *spreads* e das taxas de juro das operações com clientes, acompanhando a tendência das taxas de referência do mercado. Em relação ao trimestre anterior a margem financeira evidenciou uma tendência crescente, na sequência do *repricing* das operações que tem vindo a ser implementado. A redução das dotações para imparidade enquadra-se na diminuição da carteira de crédito com sinais de imparidade.

As comissões evoluíram favoravelmente face ao primeiro trimestre de 2009, em particular as comissões relacionadas com cartões, crédito directo e seguros de risco. Os custos operacionais registaram uma redução sustentada, quer face ao primeiro trimestre de 2009, quer face aos trimestres anteriores, suportada nas medidas de simplificação organizativa e de optimização dos processos implementadas, bem como na redução do número de colaboradores.

Os depósitos de clientes aumentaram 9,3% suportados na estratégia definida para a captação de recursos de clientes, quer à ordem, quer a prazo, permitindo colmatar a redução dos débitos titulados e conduzindo a um acréscimo dos recursos totais de clientes em 6,3%, de 35.724 milhões de euros em 31 de Março de 2009 para 37.992 milhões de euros em 31 de Março de 2010.

O crédito a clientes diminuiu 2,9%, totalizando 44.804 milhões de euros em 31 de Março de 2010, comparando com os 46.162 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2009, influenciado pela redução do crédito à promoção imobiliária e dos financiamentos em moeda nacional.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar.10	31 Mar.09	Var. 10 / 09
Demonstração de resultados			
Margem financeira	177,5	259,5	-31,6%
Outros proveitos líquidos	134,5	113,7	18,3%
	312,0	373,2	-16,4%
Custos operacionais	179,7	200,0	-10,1%
Imparidade	65,2	103,9	-37,2%
Contribuição antes de impostos	67,1	69,3	-3,3%
Impostos	17,8	18,3	-3,0%
Contribuição líquida	49,3	51,0	-3,3%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.978	2.128	-7,0%
Rendibilidade do capital afecto	10,1%	9,7%	
Riscos ponderados	30.431	32.733	-7,0%
Rácio de eficiência	57,6%	53,6%	
Crédito a clientes	44.804	46.162	-2,9%
Recursos totais de clientes	37.992	35.724	6,3%

Corporate e Banca de Investimento

No segmento Corporate e Banca de Investimento a contribuição líquida ascendeu a 26,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com 33,8 milhões de euros revelados no primeiro trimestre de 2009. O desempenho deste segmento foi determinado pelo reforço das dotações para imparidade na rede Corporate, resultante do aumento da carteira de crédito com sinais de imparidade.

O produto bancário registou uma evolução favorável ao aumentar 2,3% beneficiando quer da subida da margem financeira, quer dos outros proveitos líquidos. A margem financeira reflecte a disciplina na política de *pricing* e na gestão de risco, de modo a repercutir o aumento do custo do risco implícito nas operações contratadas. O aumento dos outros proveitos líquidos incorpora o incremento das comissões associadas a crédito, a empréstimos obrigacionistas e a papel comercial.

Os custos operacionais evoluíram também favoravelmente ao registarem uma redução face ao primeiro trimestre de 2009, evidenciando poupanças sustentadas, bem como as sinergias associadas ao processo de fusão do Banco Millennium bcp Investimento no Banco Comercial Português.

Os recursos totais de clientes decresceram 1,2%, ascendendo a 11.656 milhões de euros em 31 de Março de 2010, comparando com 11.802 milhões de euros apurados em 31 de Março de 2009, como resultado do desempenho dos débitos titulados.

O crédito a clientes atingiu 12.985 milhões de euros no final de Março de 2010, diminuindo 1,9% face aos 13.230 milhões de euros contabilizados no final de Março de 2009, decorrente da realocação de créditos no âmbito do processo de fusão do Banco Millennium bcp Investimento no Banco Comercial Português, não obstante o aumento verificado no crédito sindicado e no papel comercial.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 10	31 Mar. 09	Var. 10 / 09
Demonstração de resultados			
Margem financeira	53,7	53,1	1,1%
Outros proveitos líquidos	46,1	44,4	3,8%
	99,8	97,5	2,3%
Custos operacionais	18,4	21,4	-14,2%
Imparidade	45,3	29,7	52,7%
Contribuição antes de impostos	36,1	46,4	-22,2%
Impostos	9,6	12,5	-23,8%
Contribuição líquida	26,5	33,8	-21,6%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	930	969	-4,0%
Rendibilidade do capital afecto	11,6%	18,4%	
Riscos ponderados	14.309	14.913	-4,0%
Rácio de eficiência	18,4%	22,0%	
Crédito a clientes	12.985	13.230	-1,9%
Recursos totais de clientes	11.656	11.802	-1,2%

Private Banking e Asset Management

O segmento Private Banking e Asset Management registou uma contribuição líquida negativa de 4,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2010, comparando com uma contribuição líquida também negativa de 3,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009. Esta evolução incorpora a diminuição da margem financeira, reflectindo a redução dos *spreads* dos recursos e do crédito a clientes, e a redução dos outros proveitos líquidos, decorrente da performance do International Private Banking associada à diminuição das comissões de financiamento em moeda nacional e estrangeira.

As dotações para imparidade contabilizadas nos primeiros três meses de 2010 registaram uma redução de 22,0% face ao valor relevado em igual período de 2009 devido à diminuição da carteira de crédito com sinais de imparidade, nomeadamente no Private Banking em Portugal. Os custos operacionais evoluíram favoravelmente, evidenciando descidas quer nos custos com pessoal, quer nos outros gastos administrativos.

Os recursos totais de clientes aumentaram 12,9% face a 31 de Março de 2009, suportados no crescimento de 11,2% dos depósitos e de 25,6% dos débitos titulados.

O crédito a clientes ascendeu a 1.833 milhões de euros em 31 de Março de 2010, comparando com os 2.290 milhões de euros atingidos em 31 de Março de 2009, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal associada, em parte, à transferência de clientes para a rede Corporate.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 10	31 Mar. 09	Var. 10 / 09
Demonstração de resultados			
Margem financeira	7,1	11,0	-35,4%
Outros proveitos líquidos	6,6	6,8	-3,1%
	13,7	17,8	-23,0%
Custos operacionais	8,7	9,3	-6,2%
Imparidade	11,2	14,3	-22,0%
Contribuição antes de impostos	(6,2)	(5,8)	-6,3%
Impostos	(1,7)	(2,0)	13,7%
Contribuição líquida	(4,5)	(3,9)	-16,6%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	85	99	-14,0%
Rendibilidade do capital afecto	-21,6%	-15,8%	
Riscos ponderados	1.309	1.522	-14,0%
Rácio de eficiência	63,7%	52,3%	
 Crédito a clientes	 1.833	 2.290	 -20,0%
Recursos totais de clientes	7.204	6.380	12,9%

Negócios no Exterior

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior ascendeu a 34,6 milhões de euros comparando com 4,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2009. A evolução da contribuição líquida reflecte o acréscimo do produto bancário potenciado, fundamentalmente, pelo aumento da margem financeira em 50,1%, com especial ênfase na Polónia, sendo de salientar também evoluções positivas na Grécia, em Angola e na Roménia. O crescimento da margem na Polónia ficou a dever-se, essencialmente, ao efeito da redução da margem negativa dos depósitos a prazo a par de um crescimento do volume de negócios.

A evolução positiva da contribuição líquida dos negócios no exterior beneficiou do desempenho observado na generalidade das operações, nomeadamente a desenvolvida na Grécia, que, ao registar subidas nos recursos e no crédito a clientes de 15,5% e 7,0%, respectivamente, potenciou os crescimentos observados na margem financeira de 12,8% e nas comissões de 28,0%, e que, a par da diminuição dos custos operacionais, proporcionaram o aumento dos resultados líquidos.

A redução da imparidade em 14,6%, beneficiou das menores necessidades de reforço observadas na Polónia, no Banque Privée e no Bank & Trust.

Os custos operacionais registaram um aumento, associado ao crescimento dos custos com pessoal e dos gastos administrativos em Angola e em Moçambique, fundamentalmente relacionados com a estratégia de crescimento orgânico prosseguida nestes mercados, tendo sido parcialmente mitigado pelos menores custos operacionais relevados na Polónia, excluindo o efeito cambial do zloti face ao euro, na Grécia e na Roménia.

O crédito concedido a clientes cresceu 9,4%, ascendendo a 16.303 milhões de euros em 31 de Março de 2010, beneficiando do desempenho do crédito a particulares, e reflectindo o crescimento evidenciado na generalidade das operações no exterior, particularmente nas operações desenvolvidas em Angola, em Moçambique e na Grécia.

Os recursos totais de clientes aumentaram 21,9%, totalizando 16.544 milhões de euros em 31 de Março de 2010, influenciados pela evolução dos depósitos de clientes, que cresceram 18,3%, e dos activos sob gestão.

<i>Milhões de euros</i>	31 Mar. 10	31 Mar. 09	Var. 10 / 09
Demonstração de resultados			
Margem financeira	126,3	84,2	50,1%
Outros proveitos líquidos	99,8	99,6	0,2%
	226,1	183,7	23,1%
Custos operacionais	144,1	133,0	8,3%
Imparidade e provisões	40,2	47,1	-14,6%
Contribuição antes de impostos	41,8	3,6	—
Impostos	7,2	(0,8)	—
Contribuição líquida	34,6	4,4	—
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.360	1.331	2,2%
Rendibilidade do capital afecto	10,3%	1,7%	
Riscos ponderados	14.474	14.244	1,6%
Rácio de eficiência	63,7%	72,4%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	16.303	14.904	9,4%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	16.544	13.575	21,9%

⁽¹⁾ Exclui Millennium bank Turquia e Millennium bcpbank EUA em 2010 e em 2009.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A assinatura de acordos para a alienação das operações na Turquia e nos EUA, o processo de recuperação da rentabilidade e a conclusão do aumento de capital de 258 milhões de euros na Polónia, a avaliação dos modelos de negócio na Grécia e na Roménia, a expansão das operações em Moçambique e Angola e o reforço da dinâmica comercial de forma sustentada e rentável em Portugal, compreendendo a adopção de uma nova estrutura organizativa e a revisão do sistema de incentivos do Retalho, a par do lançamento de um conceito de banca inovador (ActivoBank), assumindo a inovação como principal factor de diferenciação e excelência no serviço aos clientes, constituíram os principais acontecimentos no primeiro trimestre de 2010. Merecem especial relevância:

- Acordo com a instituição financeira Credit Europe Bank, N.V., entidade detida pelo grupo financeiro Fiba Holding, A.S. com vista à alienação por parte do Grupo Banco Comercial Português de participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank A.S. na Turquia, tendo sido estabelecido com o comprador um mecanismo de opções de compra e de venda prevendo a possibilidade de alienação do remanescente da sua participação por preço por acção não inferior ao agora acordado;
- Acordo com o Investors Savings Bank, contemplando a alienação da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América e da respectiva base de depósitos. Paralelamente as duas entidades anunciaram a intenção de assinar um acordo para a aquisição pelo Investors Saving Bank de uma parte da carteira de crédito do Millennium bcpbank. Adicionalmente, foi estabelecido um acordo de cooperação no que respeita às remessas financeiras oriundas dos EUA. Após esta transacção, ainda sujeita às autorizações regulamentares, o Millennium bcp deixará de desenvolver novas actividades comerciais de retalho nos EUA;
- Conclusão com sucesso do aumento de capital do Bank Millennium, reservado a accionistas, através da emissão de 363.935.033 acções, ao preço de subscrição de 2,9 zlotis por acção, tendo o Millennium bcp exercido os seus direitos na totalidade. O aumento de capital representou um encaixe de 1.055 milhões de zlotis (cerca de 258 milhões de euros) que permitirá ao Bank Millennium sustentar a sua estratégia de crescimento;
- Lançamento de um novo conceito de banca - o ActivoBank by Millennium -, elegendo como segmento-alvo clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade;
- Continuação da implementação da nova organização comercial do Retalho, com o objectivo de aproximar a rede comercial dos clientes e de adequar a oferta do melhor sistema de distribuição de serviços bancários ao perfil de cada cliente;
- Revisão do sistema de incentivos do Retalho, com o objectivo de contribuir para enfocar a atenção da rede de Retalho na rentabilidade das operações e em particular na margem gerada por cada operação em concreto;
- Manutenção das notações de rating atribuídas ao Banco Comercial Português pela Agência de Rating Fitch de “A+” para o *rating* de longo prazo e de “F1” para o *rating* de curto prazo e revisão do *Outlook* de “estável” para “negativo”;
- Promoção de uma iniciativa inédita, o *Workshop* “Porta Aberta”, com o objectivo de partilhar e debater iniciativas no domínio da inovação bem como os programas e projectos das organizações convidadas, tendo contado com a presença de responsáveis das áreas de inovação de empresas de diferentes sectores e professores universitários;
- Patrocínio pelo Millennium bcp da Conferência “*Building a New Financial Architecture*”, na qual estiveram presentes vários especialistas europeus no Sector Financeiro e do Parlamento Europeu que debateram sobre a Directiva de Requisitos de Capital e as alterações propostas a essa mesma Directiva, bem como sobre o novo sistema de Supervisão Financeira e de Gestão de Crises Transfronteiriças, no sector bancário;
- Patrocínio pelo Millennium bcp da 4.ª Conferência Eurofinance sobre Gestão Financeira, Tesouraria e de Risco para Empresas em Portugal, centrada na divulgação de informação actualizada sobre as

principais tendências e as melhores práticas do mercado aos interlocutores especializados das empresas;

- Extensão da parceria existente com a AESE - Escola de Direcção e Negócios respeitante à redacção, discussão e divulgação de *management case studies* do Millennium bcp;
- Realização do Encontro Millennium em Viseu nos dias 10 e 11 de Março, no âmbito da estratégia de reforço do dinamismo comercial e institucional do Millennium bcp, e inauguração da Exposição “Arte Partilhada Millennium bcp” no Museu Grão Vasco;
- Abertura de uma conta solidariedade com o objectivo de angariar fundos destinados a apoiar as vítimas do temporal na Madeira. Os fundos recolhidos visam, em articulação com as autoridades locais, apoiar a reconstrução e reparação dos danos causados pelo temporal que assolou recentemente a Ilha;
- Assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a rede de Microcrédito do Millennium bcp com a Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Faro, visando ampliar o acesso ao microcrédito ao maior número de cidadãos em situação financeira mais carenciada;
- Distinção da marca Millennium no mercado Português como a mais valiosa entre a banca privada, no *ranking* das 40 marcas com maior valor de mercado a nível nacional, de acordo com um estudo da Brand Finance, líder mundial em consultoria de avaliação de marcas;
- Atribuição pela Project Finance Magazine (Grupo Euromoney) do prémio “*Latin America Power Deal of the Year 2009*” à operação de financiamento da nova Central Termoeléctrica a Carvão no Brasil (Porto do Pecém I), na qual o Millennium investment banking actuou como *Mandated Lead Arranger*;
- Distinção da marca Bank Millennium ao posicionar-se no 21.º lugar entre as marcas mais valiosas no mercado Polaco, de acordo com o estudo “Marcas Polacas 2009” do jornal diário “*Rzeczpospolita*”, registando uma subida de seis lugares face ao ano anterior. Na categoria de “Instituições Financeiras” o Bank Millennium surgiu na 9.ª posição;
- O Millennium bim foi considerado o Maior Banco em Moçambique pelo terceiro ano consecutivo, no âmbito da 8ª edição da “Pesquisa sobre o Sector Bancário em Moçambique”, de acordo com a apresentação realizada em conjunto pela Associação Moçambicana de Bancos e pela KPMG.
- Já em Abril, o Millennium bim foi premiado, mais uma vez, como o “Melhor Banco em Moçambique 2010”, pela revista internacional *Global Finance*;
- Já em Abril, a agência de *rating* Moody's procedeu ao *downgrade* dos *ratings* de certos instrumentos híbridos Portugueses, em linha com a revisão que operou na metodologia de *rating* de Instrumentos Híbridos e de Dívida Subordinada dos Bancos, publicada em Novembro de 2009, que retirou os pressupostos anteriores de suporte sistémico, nomeadamente da República Portuguesa. Em relação ao Banco Comercial Português (BCP) e atendendo a que o seu BCA (*Baseline Credit Assessment*) ajustado é de “Baa3” o *rating* dos títulos preferenciais não-cumulativos, emitidos pelo BCP Finance Company e garantidos pelo BCP, foi revisto em baixa de “Baa1” para “Ba3” e o *rating* da dívida subordinada perpétua com cupões condicionais foi revisto em baixa de “Baa1” para “Ba3”. O *outlook* para todos os instrumentos afectados é negativo, em linha com o *outlook* negativo para o BCP, que tem BFSR (Bank Financial Strenght Rating) de “D+” e BCA de “Baa3”;
- Ainda em Abril, a agência de *rating* Standard & Poor's, como consequência do *downgrade* do *rating* da República Portuguesa em dois *notches* de “A+” para “A-”, reduziu os *ratings* atribuídos a diversos bancos portugueses e subsidiárias em Portugal de bancos estrangeiros, colocando-os todos com *outlook* negativo. O *rating* de crédito de contraparte de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. foi reduzido de “A-” para “BBB+”, enquanto o de curto prazo foi confirmado em “A-2”.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A actividade económica mundial apresentou uma evolução progressivamente mais favorável ao longo do primeiro trimestre, patente na revisão positiva das projecções do FMI para o crescimento mundial, para 4,25%, no período 2010-2011. Os contributos para o crescimento revelam grande disparidade em função da zona económica, com o dinamismo dos países em desenvolvimento, nomeadamente da Ásia e da América Latina, a contrastar com a recuperação mais lenta dos países desenvolvidos. A consolidação da retoma económica ainda depende do alcance de alguns compromissos: no plano global, na responsabilidade e contributo dos diferentes países na dimensão das suas capacidades para a atenuação dos desequilíbrios macroeconómicos mundiais; no plano doméstico, na transição da função de impulsionador da actividade económica do sector público para o sector privado e na recuperação da estabilidade financeira aos Estados, factores imprescindíveis para uma trajectória de crescimento sustentado a prazo, mas sem prejudicar a retoma económica nascente. Estes compromissos representam um desafio muito concreto para o desenho das estratégias de consolidação orçamental e para a revisão dos modelos de arquitectura de supervisão e de regulação dos sistemas financeiros e bancário em curso.

Estes primeiros meses do ano confirmaram uma nova dimensão da crise, caracterizada pelas tensões decorrentes dos limites impostos às finanças públicas. O avolumar dos receios com os problemas de liquidez em alguns Estados Membros da União Europeia conferiu uma importância ímpar à divulgação das contas públicas e dos programas de estabilidade e crescimento. A gravidade da situação e o risco de contágio despoletou a concepção e implementação de um expediente de apoio financeiro bilateral comunitário, que se espera possa vir a atenuar a instabilidade no mercado. A condição das finanças públicas, o endividamento do sector privado e os efeitos da crise financeira deverão actuar como factores distintivos do desempenho económico potencial a curto prazo. Neste enquadramento, a Grécia não conseguirá evitar um período recessivo em 2010; Portugal deverá manter um desempenho económico aquém do potencial; na Polónia o ciclo de expansão será reforçado com a melhoria do enquadramento externo; e a Roménia deverá beneficiar das medidas de estabilização da actividade implementadas nos anos anteriores. A expansão do comércio mundial tem-se materializado sob a forma de uma aceleração da actividade económica em Moçambique e em Angola.

A percepção do fim do período recessivo tem suportado a reavaliação do preço do risco nos mercados financeiros. Os activos mais correlacionados com o ciclo, como sejam os mercados accionistas, os títulos de dívida empresarial ou os mercados emergentes, apresentaram valorizações expressivas, destacando-se o retorno a mercado de emittentes soberanos que há cerca de dez anos se encontravam ausentes por razão de incumprimento. Em sentido inverso, alguns Estados Membros da Área do Euro enfrentaram um agravamento brutal dos respectivos prémios de risco, com destaque para a Grécia e em menor grau para Portugal, tendo influenciado a cotação do euro no sentido negativo. Ao nível da política monetária também é perceptível a fase mais adiantada do ciclo nos países em desenvolvimento. Os bancos centrais destes países têm prosseguido com medidas de natureza mais restritiva, via regulação específica e taxas de juro mais elevadas, enquanto que no caso da UEM ou dos EUA não se prefigura uma alteração das taxas de juro para breve, estando ainda em apreciação o impacto no mercado interbancário e de crédito das alterações recentes nas facilidades de cedência de liquidez.

Apesar dos progressos, ainda não se pode concluir pela regularização completa da situação nos mercados financeiros. O acesso ao financiamento de longo prazo persiste deficiente e selectivo, por emittente e por tipo de instrumento, constringindo a disponibilidade e o preço do crédito às economias, designadamente nos países mais envolvidos na reapreciação do risco de crédito intra europeu. De uma forma geral, os resultados das instituições financeiras, no final de 2009 e do início deste trimestre, revelam uma recuperação mas com grande incidência de ganhos em instrumentos financeiros e um contributo ainda pouco expressivo do negócio tradicional, que se encontra condicionado pela pressão sobre a margem financeira, pelos fracos volumes da actividade e pelos custos com imparidade. A fragilidade da conjuntura económica e financeira constitui um dos factores centrais para a avaliação, calibragem e implementação das recentes propostas de alteração à Directiva de Requisitos de Capital. Estas alterações terão implicações muito significativas na gestão do capital e da liquidez das instituições financeiras, e consequentemente nas condições de financiamento da actividade económica subjacente, em particular em países onde o financiamento bancário assume maior preponderância.

INFORMAÇÃO TRIMESTRAL INDIVIDUAL/CONSOLIDADA (Não Auditada)

(Modelo aplicável às entidades sujeitas à disciplina do Plano de Contas para o Sistema Bancário/Leasing/Factoring)

Empresa: Banco Comercial Português, S.A.

Sede: Praça D. João I, 28 - 4000-295 Porto

NIPC: 501 525 882

Período de referência:

Valores de referência em 000Esc

em Euros

1º Trimestre ☒

3º Trimestre ☐

5º Trimestre ☐

Início: 01/01/2010 Fim: 31/03/2010

Rubricas do Balanço	Individual			Consolidada		
	n (NCA)	n-1 (NCA)	Var. (%)	n (IAS)	n-1 (IAS)	Var. (%)
ACTIVO (Líquido)						
Créditos sobre Instituições de Crédito ⁽²⁾	10.032.898.979	9.011.395.380	11,34%	3.158.883.260	2.238.595.016	41,11%
Créditos sobre clientes	55.231.230.578	56.886.516.997	-2,91%	75.034.670.703	75.939.980.642	-1,19%
Títulos de rendimento fixo	15.211.017.659	13.290.790.551	14,45%	6.793.821.863	4.652.754.876	46,02%
Títulos de rendimento variável	2.784.994.613	2.691.647.304	3,47%	2.229.908.547	2.368.366.169	-5,85%
Participações	3.897.261.772	3.991.144.336	-2,35%	461.461.604	348.561.200	32,39%
CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS						
Valor do Capital social	4.694.600.000	4.694.600.000	0,00%	4.694.600.000	4.694.600.000	0,00%
Nº de ações ordinárias	4.694.600.000	4.694.600.000	-	4.694.600.000	4.694.600.000	-
Nº de ações de outra natureza	0	0	-			-
Valor das Ações próprias	4.552.040	26.639.837	-82,91%	23.611.407	33.545.969	-29,61%
Nº de ações com voto	5.487.664	42.728.884	-	28.617.964	53.557.637	-
Nº de ações pref. Sem voto	0	0	-			-
Empréstimos subordinados	3.608.281.347	3.876.946.954	-6,93%	2.195.229.307	2.538.536.867	-13,52%
Interesses minoritários	0	0	-	460.388.295	334.635.054	37,58%
PASSIVO						
Débitos p/ c/ instituições de crédito	17.186.595.065	21.751.194.027	-20,99%	11.588.562.616	9.519.130.874	21,74%
Débitos para com clientes	31.441.137.810	30.888.603.589	1,79%	45.978.455.070	43.427.278.489	5,87%
Débitos representados por títulos	16.715.093.810	10.905.018.411	53,28%	21.789.893.201	19.105.309.967	14,05%
TOTAL DO ACTIVO (Líquido)	94.599.099.418	92.400.629.867	2,38%	96.660.247.688	93.084.817.326	3,84%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	6.723.333.856	5.467.043.193	22,98%	6.963.207.903	5.712.861.971	21,89%
TOTAL DO PASSIVO	87.875.765.562	86.933.586.674	1,08%	89.236.651.490	87.037.320.301	2,53%

Rubricas da Demonstração de Resultados	Individual			Consolidada		
	n	n-1	Var. (%)	n	n-1	Var. (%)
Margem Financeira ⁽³⁾	191.105.948	246.969.198	-22,62%	340.591.834	373.809.125	-8,89%
Comissões e outros prov. exploração (líquido)	-8.298.962	124.799.457	-106,65%	207.191.804	203.835.177	1,65%
Rend. Títulos e result. operac. financ. (líquido)	378.378.386	100.512.184	276,45%	136.223.663	150.374.043	-9,41%
Produto Bancário	561.185.372	472.280.839	18,82%	684.007.301	728.018.345	-6,05%
Custos pessoal, administ. e outros custos	-227.614.713	-249.026.512	-8,60%	-356.495.928	-374.533.001	-4,82%
Amortizações	-11.472.604	-12.009.805	-4,47%	-25.750.240	-26.183.822	-1,66%
Provisões (líquidas de reposições)	-248.370.201	-167.934.968	47,90%	-186.577.194	-196.929.128	-5,26%
Resultados extraordinários	0	0	n.a.	0	0	n.a.
Resultados antes de impostos	73.727.854	43.309.554	70,23%	115.183.939	130.372.394	-11,65%
Imposto sobre o rendimento ⁽⁴⁾	55.624.133	-8.605.526	-746,38%	-22.006.485	-28.866.243	-23,76%
Interesses minorit. e res. emp. excl. cons.	0	0	-	3.226.511	5.171.106	-37,61%
Resultado líquido ao trimestre	129.351.987	34.704.028	272,73%	96.403.965	106.677.257	-9,63%
Resultado líquido ao trimestre por ação	0,0276	0,0074	272,73%	0,0205	0,0227	-9,63%
Autofinanciamento ⁽⁵⁾	389.194.792	214.648.801	81,32%	308.731.399	329.790.207	-6,39%

(1) Aplicável no primeiro exercício económico das sociedades que adoptem um exercício anual diferente do correspondente ao ano civil (Art.65.º - A do Código das Sociedades comerciais);

(2) Inclui disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

(3) Margem Financeira = Juros e proveitos equiparados - Juros e custos equiparados;

(4) Estimativa de imposto sobre rendimento

(5) Autofinanciamento = Resultados líquidos + Amortizações + Provisões

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de três meses findos em 31 de Março de 2010 e 2009

	31 Março 2010	31 Março 2009
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	795.917	1.102.089
Juros e custos equiparados	(455.325)	(728.280)
Margem financeira	340.592	373.809
Rendimentos de instrumentos de capital	865	600
Resultado de serviços e comissões	202.153	168.713
Resultados em operações de negociação e de cobertura	130.449	149.382
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	4.910	392
Outros proveitos de exploração	3.969	9.518
	682.938	702.414
Outros resultados de actividades não bancárias	4.200	4.238
Total de proveitos operacionais	687.138	706.652
Custos com o pessoal	208.835	231.940
Outros gastos administrativos	147.661	142.593
Amortizações do exercício	25.750	26.184
Total de custos operacionais	382.246	400.717
	304.892	305.935
Imparidade do crédito	(164.758)	(160.083)
Imparidade de outros activos	(15.607)	(16.634)
Outras provisões	(6.211)	(20.212)
Resultado operacional	118.316	109.006
Resultados por equivalência patrimonial	16.738	11.499
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	(3.133)	21.366
Resultado antes de impostos	131.921	141.871
Impostos		
Correntes	(13.381)	(37.062)
Diferidos	(8.625)	8.196
Resultado após impostos	109.915	113.005
Resultado consolidado do exercício atribuível a:		
Accionistas do Banco	96.404	106.677
Interesses minoritários	13.511	6.328
Lucro do exercício	109.915	113.005

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de Março de 2010 e de 2009 e 31 de Dezembro de 2009

	31 Março 2010	31 Dezembro 2009	31 Março 2009
	(Milhares de Euros)		
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.742.502	2.244.724	1.373.422
Disponibilidades em outras instituições de crédito	811.113	839.552	686.794
Aplicações em instituições de crédito	2.347.771	2.025.834	1.551.801
Créditos a clientes	75.034.671	75.191.116	75.939.981
Activos financeiros detidos para negociação	3.678.290	3.356.929	3.825.295
Activos financeiros disponíveis para venda	3.051.393	2.698.636	1.679.747
Activos com acordo de recompra	6.882	50.866	81.176
Derivados de cobertura	403.856	465.848	233.327
Activos financeiros detidos até à maturidade	2.287.165	2.027.354	1.434.903
Investimentos em associadas	461.462	438.918	348.561
Activos não correntes detidos para venda	1.863.149	1.343.163	834.001
Propriedades de investimento	425.135	429.856	431.773
Outros activos tangíveis	626.705	645.818	721.143
Goodwill e activos intangíveis	530.844	534.995	539.046
Activos por impostos correntes	36.146	24.774	22.976
Activos por impostos diferidos	584.548	584.250	584.900
Outros activos	2.768.622	2.647.777	2.795.971
	<u>96.660.254</u>	<u>95.550.410</u>	<u>93.084.817</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais	2.517.763	3.409.031	2.181.674
Depósitos de outras instituições de crédito	5.794.281	6.896.641	7.337.457
Depósitos de clientes	45.978.455	46.307.233	43.427.278
Títulos de dívida emitidos	21.789.893	19.953.227	19.105.310
Passivos financeiros detidos para negociação	1.199.006	1.072.324	1.754.048
Outros passivos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados	6.734.427	6.345.583	8.392.124
Derivados de cobertura	94.413	75.483	146.103
Passivos não correntes detidos para venda	912.406	435.832	-
Provisões	234.813	233.120	238.745
Passivos subordinados	2.195.229	2.231.714	2.538.537
Passivos por impostos correntes	10.379	10.795	3.109
Passivos por impostos diferidos	4.040	416	371
Outros passivos	1.771.553	1.358.210	1.912.564
	<u>89.236.658</u>	<u>88.329.609</u>	<u>87.037.320</u>
Total do Passivo			
	<u>89.236.658</u>	<u>88.329.609</u>	<u>87.037.320</u>
Capitais Próprios			
Capital	4.694.600	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(89.080)	(85.548)	(83.986)
Prémio de emissão	192.122	192.122	183.368
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	1.000.000	1.000.000	-
Reservas de justo valor	102.301	93.760	26.629
Reservas e resultados acumulados	(33.139)	(243.655)	(214.426)
Lucro do exercício atribuível aos accionistas do Banco	96.404	225.217	106.677
	<u>6.963.208</u>	<u>6.876.496</u>	<u>5.712.862</u>
Total de Capitais Próprios atribuíveis ao Grupo			
	<u>6.963.208</u>	<u>6.876.496</u>	<u>5.712.862</u>
Interesses minoritários			
	<u>460.388</u>	<u>344.305</u>	<u>334.635</u>
Total de Capitais Próprios			
	<u>7.423.596</u>	<u>7.220.801</u>	<u>6.047.497</u>
	<u>96.660.254</u>	<u>95.550.410</u>	<u>93.084.817</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

31 de Março de
2010

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de três meses findos em 31 de Março de 2010 e 2009

	Notas	31 Março 2010	31 Março 2009
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	795.917	1.102.089
Juros e custos equiparados	3	(455.325)	(728.280)
Margem financeira		340.592	373.809
Rendimentos de instrumentos de capital	4	865	600
Resultados de serviços e comissões	5	202.153	168.713
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	130.449	149.382
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	4.910	392
Outros proveitos de exploração	8	3.969	9.518
		682.938	702.414
Outros resultados de actividades não bancárias		4.200	4.238
Total de proveitos operacionais		687.138	706.652
Custos com o pessoal	9	208.835	231.940
Outros gastos administrativos	10	147.661	142.593
Amortizações do exercício	11	25.750	26.184
Total de custos operacionais		382.246	400.717
		304.892	305.935
Imparidade do crédito	12	(164.758)	(160.083)
Imparidade de outros activos	26, 28 e 31	(15.607)	(16.634)
Outras provisões	13	(6.211)	(20.212)
Resultado operacional		118.316	109.006
Resultados por equivalência patrimonial	14	16.738	11.499
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	(3.133)	21.366
Resultado antes de impostos		131.921	141.871
Impostos			
Correntes	16	(13.381)	(37.062)
Diferidos	16	(8.625)	8.196
Resultado após impostos		109.915	113.005
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Accionistas do Banco		96.404	106.677
Interesses minoritários	44	13.511	6.328
Lucro do período		109.915	113.005
Resultado por acção (em euros)	17		
Básico		0,06	0,08
Diluído		0,06	0,08

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009

	Notas	31 Março 2010	31 Dezembro 2009
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	1.742.502	2.244.724
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	811.113	839.552
Aplicações em instituições de crédito	20	2.347.771	2.025.834
Créditos a clientes	21	75.034.671	75.191.116
Activos financeiros detidos para negociação	22	3.678.290	3.356.929
Activos financeiros disponíveis para venda	22	3.051.393	2.698.636
Activos com acordo de recompra		6.882	50.866
Derivados de cobertura	23	403.856	465.848
Activos financeiros detidos até à maturidade	24	2.287.165	2.027.354
Investimentos em associadas	25	461.462	438.918
Activos não correntes detidos para venda	26	1.863.149	1.343.163
Propriedades de investimento	27	425.135	429.856
Outros activos tangíveis	28	626.705	645.818
Goodwill e activos intangíveis	29	530.844	534.995
Activos por impostos correntes		36.146	24.774
Activos por impostos diferidos	30	584.548	584.250
Outros activos	31	2.768.622	2.647.777
		<u>96.660.254</u>	<u>95.550.410</u>
Passivo			
Depósitos de bancos centrais		2.517.763	3.409.031
Depósitos de outras instituições de crédito	32	5.794.281	6.896.641
Depósitos de clientes	33	45.978.455	46.307.233
Títulos de dívida emitidos	34	21.789.893	19.953.227
Passivos financeiros detidos para negociação	35	1.199.006	1.072.324
Outros passivos financeiros ao justo valor			
através de resultados	36	6.734.427	6.345.583
Derivados de cobertura	23	94.413	75.483
Passivos não correntes detidos para venda	26	912.406	435.832
Provisões	37	234.813	233.120
Passivos subordinados	38	2.195.229	2.231.714
Passivos por impostos correntes		10.379	10.795
Passivos por impostos diferidos	30	4.040	416
Outros passivos	39	1.771.553	1.358.210
		<u>89.236.658</u>	<u>88.329.609</u>
Total do Passivo			
Capitais Próprios			
Capital	40	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	43	(89.080)	(85.548)
Prémio de emissão		192.122	192.122
Acções preferenciais	40	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	40	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	42	102.301	93.760
Reservas e resultados acumulados	42	(33.139)	(243.655)
Lucro líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		96.404	225.217
		<u>6.963.208</u>	<u>6.876.496</u>
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do Banco			
Interesses minoritários	44	460.388	344.305
		<u>7.423.596</u>	<u>7.220.801</u>
Total de Capitais Próprios			
		<u>96.660.254</u>	<u>95.550.410</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o período de três meses findos em 31 de Março de 2010 e 2009

	31 Março 2010	31 Março 2009
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	768.164	1.125.584
Comissões recebidas	228.864	220.663
Recebimentos por prestação de serviços	11.325	68.086
Pagamento de juros	(441.587)	(805.760)
Pagamento de comissões	(35.642)	(77.232)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	1.961	7.867
Prémios de seguros recebidos	6.173	5.145
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(1.738)	(1.560)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(443.272)	(433.069)
	<u>94.248</u>	<u>109.724</u>
<i>Diminuição / (aumento) de activos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(323.658)	984.400
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	462.515	878.412
Fundos adiantados a clientes	161.858	(602.987)
Títulos negociáveis a curto prazo	165.083	101.124
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	52.228	81.353
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(1.917.507)	499.294
Débitos para com clientes – à vista	(452.663)	(661.682)
Débitos para com clientes – a prazo	237.758	(659.992)
	<u>(1.520.138)</u>	<u>729.646</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	6.171	4.851
	<u>(1.513.967)</u>	<u>734.497</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	-	83.408
Dividendos recebidos	865	34
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	31.966	24.244
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	16.298.513	10.390.022
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(23.140.718)	(18.152.756)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	6.470.761	7.309.280
Compra de imobilizações	(40.051)	(22.842)
Venda de imobilizações	22.509	8.453
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	(542.616)	(146.642)
	<u>(898.771)</u>	<u>(506.799)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	-	356
Reembolso de dívida subordinada	(10.983)	(62.069)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	1.665.926	1.669.620
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(1.356.727)	(2.158.703)
Emissão de papel comercial	4.103.333	6.655.406
Reembolso de papel comercial	(2.267.523)	(6.196.244)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	207.379	(598.113)
	<u>2.341.405</u>	<u>(689.747)</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	3.187	(62.097)
	<u>(68.146)</u>	<u>(524.146)</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	1.523.026	1.732.239
Caixa e seus equivalentes no início do período	643.767	521.299
Caixa (nota 18)	811.113	686.794
Outros investimentos de curto prazo (nota 19)	1.454.880	1.208.093
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>1.454.880</u>	<u>1.208.093</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados para o período de três meses findos em 31 de Março de 2010 e 2009

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Outro rendimento integral do período											
	Total dos capitais próprios	Capital	Acções preferenciais	Outros instrumentos de capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor e cobertura fluxo de caixa	Outros	Reservas livres e resultados acumulados	'Goodwill'	Títulos próprios	Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	6.248.234	4.694.600	1.000.000	-	183.368	380.291	214.593	(61.731)	2.491.580	(2.883.580)	(58.631)	287.744
Constituição de reservas (nota 42):												
Reserva legal	-	-	-	-	-	45.119	-		(45.119)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	10.000	-		(10.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2009	(79.808)	-	-	-	-	-	-		(79.808)	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	106.677	-	-	-	-	-	-	-	106.677	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 43)	6.328	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.328
Títulos próprios	(25.355)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.355)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(62.097)	-	-	-	-	-	-	(62.097)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 41)												
Activos financeiros disponíveis para venda	(210.249)	-	-	-	-	-	(210.249)	-	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	22.285	-	-	-	-	-	22.285	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 43)	40.563	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.563
Outras reservas de consolidação (nota 41)	919	-	-	-	-	-	-	-	919	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2009	6.047.497	4.694.600	1.000.000	-	183.368	435.410	26.629	(123.828)	2.464.249	(2.883.580)	(83.986)	334.635
Dividendos distribuídos em 2009	700	-	-	-	-	-	-	-	700	-	-	-
Emissão de valores mobiliários perpétuos (nota 40)	1.000.000	-	-	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas relativas à emissão de valores mobiliários perpétuos	(9.597)	-	-	-	-	-	-	-	(9.597)	-	-	-
Rendimento relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(10.500)	-	-	-	-	-	-	-	(10.500)	-	-	-
Impostos relativos às despesas e aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	5.168	-	-	-	-	-	-	-	5.168	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	118.540	-	-	-	-	-	-	-	118.540	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 44)	17.757	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.757
Despesas de registo do aumento de capital de Abril 2008	8.754	-	-	-	8.754	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(48.910)	-	-	-	-	-	-	-	(48.910)	-	-	-
Títulos próprios	(1.562)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.562)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	27.350	-	-	-	-	-	-	27.350	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)												
Activos financeiros disponíveis para venda	94.252	-	-	-	-	-	94.252	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	(27.121)	-	-	-	-	-	(27.121)	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 44)	(8.087)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.087)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	6.560	-	-	-	-	-	-	-	6.560	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	7.220.801	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	435.410	93.760	(96.478)	2.526.210	(2.883.580)	(85.548)	344.305
Despesas relativas à emissão de valores mobiliários perpétuos	(6)	-	-	-	-	-	-	-	(6)	-	-	-
Rendimento relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(21.000)	-	-	-	-	-	-	-	(21.000)	-	-	-
Impostos relativos às despesas e aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	5.251	-	-	-	-	-	-	-	5.251	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	96.404	-	-	-	-	-	-	-	96.404	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses minoritários (nota 44)	13.511	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.511
Títulos próprios	(3.532)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.532)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	3.187	-	-	-	-	-	-	3.187	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)												
Activos financeiros disponíveis para venda	2.905	-	-	-	-	-	2.905	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	5.636	-	-	-	-	-	5.636	-	-	-	-	-
Interesses minoritários (nota 44)	102.572	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102.572
Outras reservas de consolidação (nota 42)	(2.133)	-	-	-	-	-	-	-	(2.133)	-	-	-
Saldos em 31 de Março de 2010	7.423.596	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	435.410	102.301	(93.291)	2.604.726	(2.883.580)	(89.080)	460.388

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para o período de três meses findos em 31 de Março de 2010 e 2009

	Notas	31 Março 2010	31 Março 2009
		(Milhares de Euros)	
Reserva de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	42	406	(213.243)
Cobertura de fluxos de caixa	42	7.632	27.512
Impostos			
Activos financeiros disponíveis para venda	42	2.499	2.994
Cobertura de fluxos de caixa	42	(1.996)	(5.227)
		8.541	(187.964)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	42	3.187	(62.097)
Outro rendimento integral do período depois de impostos		11.728	(250.061)
Lucro do período		109.915	113.005
Total do rendimento integral do período		121.643	(137.056)
Atribuíveis a:			
Accionistas do Banco		108.132	(143.384)
Interesses minoritários		13.511	6.328
Total do rendimento integral do período		121.643	(137.056)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

31 de Março de 2010

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o 'Banco') é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas para os três meses findos em 31 de Março de 2010 e 2009.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco em Abril de 2010. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2009. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os três meses findos em 31 de Março de 2010 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data. As demonstrações financeiras do período de 3 meses findo em 31 de Março de 2010 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e fair value option) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos são reconhecidos ao valor presente dessa obrigação líquidos dos activos do fundo, deduzidos de perdas actuariais não reconhecidas.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 ad).

b) Bases de consolidação

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - 'Goodwill'

O 'goodwill' resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra dos activos adquiridos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O 'goodwill' resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o 'goodwill' positivo resultante de aquisições passou a ser reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do 'goodwill' é avaliado anualmente ou sempre que haja indícios, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício.

Caso o 'goodwill' seja negativo, é registado directamente em resultados no exercício em que a concentração de actividades ocorre.

Entidades de finalidade especial ("SPE")

O Grupo consolida pelo método integral SPE resultantes de operações de securitização de activos com origem em entidades do Grupo (conforme nota 22), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não foram consolidados outros SPE por não estarem abrangidos pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceira entidade. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo BCP, excepto quando o grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

No caso de o Grupo consolidar fundos de investimento imobiliários, os imóveis provenientes desses fundos são classificados como propriedades de investimento, conforme referido na política contabilística nota 1 r).

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos, incluindo o "goodwill", de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas de resultados do exercício no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em capitais próprios - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transacções com interesses minoritários

Conforme disposto na IAS 27, as IFRS permitem tratamentos contabilísticos alternativos relativamente a transacções com Interesses Minoritários (aquisições/alienações) onde se incluem os efeitos da diluição de uma participação financeira. De acordo com as normas, existindo um diferencial entre o valor da transacção e o montante de capitais próprios atribuíveis aos Interesses Minoritários, este pode ser registado conforme a política contabilística eleita pela entidade, alternativamente de duas formas:

- por contrapartida de Reservas; ou
- por contrapartida de "Goodwill" (aquisições) e Resultados do exercício (alienações).

As IFRS determinam que uma vez definida a política contabilística, relativamente ao tratamento de transacções com Interesses Minoritários, esta deverá ser aplicada de forma consistente em todas as transacções da mesma natureza.

O Grupo tem adoptado de forma consistente em anteriores situações de aquisição de participações financeiras a minoritários, o registo em "goodwill" das diferenças entre o preço de aquisição e o valor contabilístico dos capitais próprios. No caso de alienações e em consistência com a política contabilística utilizada, nas operações de alienação a interesses minoritários a diferença apurada é registada por contrapartida de resultados.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possa ser estimado de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogêneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das actuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos analisados individualmente para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular nº 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado que seja um instrumento de cobertura eficaz), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a estas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Por decisão da própria entidade ("Fair Value Option")

O Grupo adoptou o "Fair Value Option" para algumas emissões próprias, crédito e depósitos a prazo efectuados desde o exercício de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

A designação dos activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados por decisão da própria entidade é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções;
- os activos ou passivos contêm derivados que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("host contract").

Os activos e passivos financeiros ao "Fair Value Option" são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. O recebimento de dividendos associados a activos reconhecidos na categoria de "Fair Value Option" são reconhecidos na rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura". A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou quando existem perdas de imparidade. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira. No caso de existir, em activos financeiros, um prémio ou desconto, estes efeitos também fazem parte da taxa de juro efectiva. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Activos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados nem na categoria de activos financeiros ao justo valor através de resultados nem como activos financeiros disponíveis para venda. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para Activos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado, e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do activo, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento poder ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja à partida reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da revalorização são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associada ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, conforme descrito na nota 22.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados por decisão da própria entidade ("Fair Value Option").

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos sejam pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

i) Instrumentos financeiros compostos

Instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex.: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados.

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em créditos sobre clientes ou instituições financeiras. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como débitos para com clientes ou instituições financeiras.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

k) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através da venda e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e/ou a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

l) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto), para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de "Fair Value Option", a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de Operações Financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (incluindo variações de justo valor e juros de derivados e derivados embutidos), assim como os dividendos associados a estas carteiras. Inclui igualmente os resultados do reconhecimento das perdas por imparidade, dividendos e mais ou menos-valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

r) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo de valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

s) Activos intangíveis

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como custo no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao software adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de software.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

t) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

u) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

w) Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções colectivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções colectivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do sector bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do 'unwinding' dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período de 20 anos correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Planos de remuneração com acções

À data de 31 de Dezembro de 2009 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

x) Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) Relato por segmentos

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos operacionais principais:

Portugal

- Banca de Retalho e Empresas;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Corporate Banking e Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Polónia;
- Grécia;
- Moçambique;
- Angola.

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

aa) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

ab) Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "pro rata temporis", por cada recibo em vigor.

ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de SPE com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

O Grupo não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (nota 1 b).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas, nomeadamente no que respeita aos riscos de crédito, liquidação antecipada e taxa de juro poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

No âmbito da aplicação desta política e de acordo com a nota 21, foram incluídas no perímetro de consolidação os seguintes SPE resultantes de operações de securitização: NovaFinance nº 3 e 4, Magellan nº 5 e nº 6, Kion e Orchis Sp zo.o. Por outro lado o Grupo não consolidou os seguintes SPE igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Grupo: Magellan nº 1, 2, 3 e 4. Para estes SPE, que estão desreconhecidos no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelos SPE em causa, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terá efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do Banco e das subsidiárias residentes em Portugal que eventuais correcções aos impostos sobre lucros não têm impacto material nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Goodwill

Anualmente, o Grupo efectua uma avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação, tendo por base o valor de uso ou o justo valor dos investimentos financeiros detidos. De acordo com a IAS 36, o valor de uso deverá ser determinado com base numa avaliação dos fluxos de caixa estimados futuros, utilizando toda a informação disponível, o que requer a utilização de julgamento.

Os pressupostos utilizados para a avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação podem alterar-se em face das alterações das condições económicas e de mercado. O Grupo considera que não são esperadas alterações significativas a médio e longo prazo dos pressupostos que possam resultar num valor recuperável inferior ao valor contabilístico.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	340.592	373.809
Resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda	135.359	149.774
	<u>475.951</u>	<u>523.583</u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	640.007	982.199
Juros de títulos de negociação	24.985	32.839
Juros de outros activos financeiros		
ao justo valor através de resultados	42	-
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	25.499	16.508
Juros de activos financeiros detidos até à maturidade	15.006	11.721
Juros de derivados de cobertura	53.260	24.422
Juros de derivados associados a instrumentos		
financeiros valorizados ao justo valor		
através de resultados	24.521	8.811
Juros de depósitos e outras aplicações	12.597	25.589
	<u>795.917</u>	<u>1.102.089</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	263.926	409.467
Juros de títulos com acordo de recompra	5.222	9.940
Juros de títulos emitidos	130.127	216.123
Juros de derivados de cobertura	5.848	9.267
Juros de derivados associados a instrumentos		
financeiros valorizados ao justo valor		
através de resultados	1.721	11.301
Juros de outros passivos financeiros		
ao justo valor através de resultados	48.481	72.182
	<u>455.325</u>	<u>728.280</u>
Margem financeira	<u>340.592</u>	<u>373.809</u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 7.590.000 (31 de Março de 2009: Euros 353.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de activos financeiros disponíveis		
para venda	864	600
Outros	1	-
	<u>865</u>	<u>600</u>

A rubrica Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	22.755	19.899
Por compromissos perante terceiros	110	100
Por serviços bancários prestados	143.889	132.560
Comissões da actividade seguradora	174	179
Outras comissões	64.121	55.443
	<u>231.049</u>	<u>208.181</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	306	189
Por serviços bancários prestados por terceiros	19.760	27.466
Comissões da actividade seguradora	155	354
Outras comissões	8.675	11.459
	<u>28.896</u>	<u>39.468</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>202.153</u>	<u>168.713</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	1.078.959	3.055.537
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	25.390	16.748
Rendimento variável	1.042	815
Certificados e VME emitidos	11.578	17.594
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	73.570	89.035
Outros instrumentos financeiros derivados	1.068.839	425.562
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	38.500	82.403
Recompras de emissões próprias	4.834	12.670
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	108.892	217.476
Instrumentos cobertos	11.372	42.326
Outras operações	3.226	1.074
	2.426.202	3.961.240
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	1.047.666	3.049.350
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	11.338	14.685
Rendimento variável	824	1.775
Certificados e VME emitidos	12.610	12.947
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	65.518	108.521
Outros instrumentos financeiros derivados	1.036.798	372.468
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.653	36.880
Recompras de emissões próprias	1.589	-
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	19.402	118.387
Instrumentos cobertos	94.897	85.598
Outras operações	458	11.247
	2.295.753	3.811.858
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	130.449	149.382

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Lucros em operações com activos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	756	8.726
Rendimento variável	5.515	587
Prejuízos em operações com activos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	(448)	(2.924)
Rendimento variável	(913)	(5.997)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	<u>4.910</u>	<u>392</u>

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Proveitos</i>		
Prestação de serviços	9.932	12.440
Venda de cheques e outros	4.932	6.367
Outros proveitos de exploração	<u>3.610</u>	<u>3.208</u>
	<u>18.474</u>	<u>22.015</u>
<i>Custos</i>		
Impostos	7.725	7.126
Donativos e quotizações	1.504	724
Outros custos de exploração	<u>5.276</u>	<u>4.647</u>
	<u>14.505</u>	<u>12.497</u>
	<u>3.969</u>	<u>9.518</u>

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	150.783	143.304
Encargos sociais obrigatórios	49.309	74.937
Encargos sociais facultativos	6.672	11.704
Outros custos	<u>2.071</u>	<u>1.995</u>
	<u>208.835</u>	<u>231.940</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Água, energia e combustíveis	4.883	4.835
Material de consumo corrente	1.685	2.035
Rendas e alugueres	38.189	35.829
Comunicações	10.886	11.569
Deslocações, estadias e representações	3.407	4.279
Publicidade	10.560	9.612
Conservação e reparação	9.154	9.288
Cartões e crédito imobiliário	4.322	4.283
Estudos e consultas	6.761	7.001
Informática	6.424	5.521
Outsourcing e trabalho independente	22.446	18.884
Outros serviços especializados	6.701	6.822
Formação do pessoal	733	868
Seguros	4.348	3.833
Contencioso	2.188	1.946
Transportes	2.419	2.640
Outros fornecimentos e serviços	12.555	13.348
	147.661	142.593

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	4.094	3.182
Outros activos intangíveis	2	126
	4.096	3.308
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	10.852	10.905
Equipamento		
Mobiliário	972	1.306
Máquinas	869	1.083
Equipamento informático	5.125	6.180
Instalações interiores	1.122	1.734
Viaturas	815	489
Equipamento de segurança	713	736
Outros activos tangíveis	1.186	443
	21.654	22.876
	25.750	26.184

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	3.223	4.045
Reversão do período	(1.570)	(8.030)
	<u>1.653</u>	<u>(3.985)</u>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	345.292	252.147
Reversão do período	(180.226)	(80.212)
Recuperações de crédito e de juros	<u>(1.961)</u>	<u>(7.867)</u>
	<u>163.105</u>	<u>164.068</u>
	<u><u>164.758</u></u>	<u><u>160.083</u></u>

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme descrito na nota 1 c).

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do período	213	186
Reversão do período	(49)	-
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	4.585	3.088
Reversão do período	(3.467)	(4.515)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	5.038	21.490
Reversão do período	<u>(109)</u>	<u>(37)</u>
	<u>6.211</u>	<u>20.212</u>

14. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Grupo Millenniumbcp Fortis	15.173	13.437
Amortização do VIF ('Value in Force') do Grupo Millennium bcp Fortis	-	(4.522)
Outras empresas	<u>1.565</u>	<u>2.584</u>
	<u><u>16.738</u></u>	<u><u>11.499</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos

O valor desta rubrica é composto por:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Diluição do capital social do Banco		
Millennium Angola	-	21.183
Outros activos	(3.133)	183
	<u>(3.133)</u>	<u>21.366</u>

A rubrica Diluição do capital social do Banco Millennium Angola corresponde à valia resultante da diluição do capital social do Banco Millennium Angola através da entrada de novos accionistas, conforme descrito na nota 48. De acordo com a IAS 27, o impacto desta operação implicou a redução da percentagem de participação do Grupo de 100% para 50,1%, dado que não subscreveu o aumento de capital do Millennium Angola. O efeito de diluição foi equiparado a uma alienação parcial de um investimento numa subsidiária, mantendo a entidade o controlo após esta alienação parcial, com o correspondente efeito ao nível dos interesses minoritários.

Até 31 de Dezembro de 2009, as IFRS permitem tratamentos contabilísticos alternativos relativamente a transacções com Interesses Minoritários (aquisições/alienações) onde se incluem os efeitos da diluição de uma participação financeira. De acordo com as Normas, existindo um diferencial entre o valor da transacção e o montante de capitais próprios atribuíveis aos Interesses Minoritários, este pode ser registado conforme a política contabilística eleita pela entidade, alternativamente de duas formas:

- por contrapartida de Reservas; ou
- por contrapartida de "Goodwill" (aquisições) e Resultados do exercício (alienações).

As IFRS determinam que uma vez definida a política contabilística, relativamente ao tratamento de transacções com Interesses Minoritários, esta deverá ser aplicada de forma consistente em todas as transacções da mesma natureza. Em consistência com a política contabilística adoptada em anteriores situações de aquisição de participações financeiras a minoritários, conforme referido na política contabilística nota 1 b), com o registo em "goodwill" das diferenças entre o preço de aquisição e o valor contabilístico dos capitais próprios assim adquiridos, na situação em apreço, tratando-se de uma venda, foi registada tal diferença por contrapartida de resultados.

A rubrica Outros activos corresponde a mais e (menos) valias decorrentes da venda de imóveis.

16. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros, com referência a 31 de Março de 2010 e 2009, é analisado como segue:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Imposto corrente	13.381	37.062
Imposto diferido		
Diferenças temporárias	18.185	(80.197)
Efeito de alterações de taxa	(3.314)	(3.266)
Prejuízos fiscais utilizados	(6.246)	75.267
	<u>8.625</u>	<u>(8.196)</u>
	<u>22.006</u>	<u>28.866</u>

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes referidos anteriormente é analisada como segue:

	Mar 2010		Mar 2009	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		131.921		141.871
Taxa de imposto corrente	26,5%	(34.959)	26,5%	(37.596)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro	-1,6%	2.174	-0,7%	992
Despesas não dedutíveis	6,5%	(8.548)	20,2%	(28.690)
Receitas isentas de imposto ou não tributáveis	-16,1%	21.268	-24,8%	35.352
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	-0,3%	454	-1,3%	1.786
Efeito dos prejuízos fiscais	0,4%	(544)	0,3%	(430)
Efeito de taxa	1,4%	(1.853)	0,0%	5
Correcção de anos anteriores	0,2%	(280)	0,0%	(44)
Tributação autónoma e imposto suportado no estrangeiro	-0,2%	282	0,2%	(241)
	16,8%	(22.006)	20,4%	(28.866)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

O montante de impostos diferidos em resultados em 31 de Março de 2010 e 2009 é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	16	41
Outros activos tangíveis	(1.126)	1.174
Perdas por imparidade	(715)	(65.529)
Pensões de reforma	7.184	9.615
Derivados	(179)	(4.923)
Prejuízos fiscais reportáveis	(7.226)	75.267
Imputação de lucros	(8.348)	(13.740)
Outros	19.019	(10.101)
	8.625	(8.196)

17. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	96.404	106.677
Dividendos de outros instrumentos de capital	(24.923)	(12.060)
Resultado líquido ajustado	71.481	94.617
Nº médio de acções	4.685.696.935	4.678.076.680
Resultado por acção básico (Euros)	0,06	0,08
Resultado por acção diluído (Euros)	0,06	0,08

O número médio de acções acima indicado resultou do número de acções existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de acções readquiridas ou emitidas no período, depois de ponderado pelo factor tempo. No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu três tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos que, em termos agregados totalizam Euros 1.000.000.000, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32.

A rubrica Dividendos de outros instrumentos de capital inclui os dividendos distribuídos das seguintes emissões:

a) Duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

b) Três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

- Em Junho de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em Agosto de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em Dezembro de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Caixa	643.767	683.474
Bancos centrais	1.098.735	1.561.250
	<u>1.742.502</u>	<u>2.244.724</u>

A rubrica Bancos centrais inclui o saldo junto dos bancos centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	1.692	837
Em instituições de crédito no estrangeiro	527.174	407.766
Valores a cobrar	282.247	430.949
	<u>811.113</u>	<u>839.552</u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Aplicações em outras instituições de crédito no país	229.394	201.302
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2.123.429	1.827.186
	2.352.823	2.028.488
Crédito vencido - menos de 90 dias	-	1
Crédito vencido - mais de 90 dias	17.095	17.839
	2.369.918	2.046.328
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(22.147)	(20.494)
	<u>2.347.771</u>	<u>2.025.834</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito, são analisados como segue:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	20.494	9.049
Dotação do período	3.223	4.045
Reversão do período	<u>(1.570)</u>	<u>(8.030)</u>
Saldo em 31 de Março	<u><u>22.147</u></u>	<u><u>5.064</u></u>

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	653.208	667.282
Crédito com garantias reais	43.411.939	43.144.253
Crédito com outras garantias	14.954.310	15.284.915
Crédito sem garantias	5.570.824	5.576.052
Crédito sobre o estrangeiro	3.933.020	3.947.356
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.313.131	1.483.839
Capital em locação	<u>5.160.820</u>	<u>5.212.390</u>
	74.997.252	75.316.087
Crédito vencido - menos de 90 dias	208.393	219.343
Crédito vencido - mais de 90 dias	<u>1.931.705</u>	<u>1.812.780</u>
	77.137.350	77.348.210
Imparidade para riscos de crédito	<u>(2.102.679)</u>	<u>(2.157.094)</u>
	<u><u>75.034.671</u></u>	<u><u>75.191.116</u></u>

Em 31 de Março de 2010, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 5.003.783.000 (31 de Dezembro 2009: Euros 4.973.000.000) relativo a créditos afectos às quatro emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Banco, a última das quais durante o exercício de 2009.

Conforme referido no parágrafo anterior, o Banco Comercial Português, S.A. procedeu em Setembro de 2009 à quarta emissão de Obrigações Hipotecárias, no montante de 1.000 milhões de Euros e por um prazo de 7 anos. A operação foi efectuada ao abrigo do Programa de Covered Bonds do Banco estabelecido no mês de Junho de 2007. A taxa de juro da emissão é de 3,75%.

A partir de 2009, na sequência da Carta Circular nº15/2009 do Banco de Portugal, o Banco passou a abater ao activo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que após uma análise económica sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspectivas da sua recuperação. A aplicação deste critério determinou um montante de Euros 241.000.000 do valor do crédito vencido e da respectiva imparidade associada relevada no Balanço.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Crédito não titulado</i>		
Crédito por desconto de efeitos	750.722	828.880
Crédito em conta corrente	6.149.624	6.053.858
Descobertos em depósitos à ordem	2.104.629	2.065.403
Empréstimos	23.165.317	23.596.519
Crédito imobiliário	32.055.658	31.690.518
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.313.131	1.483.839
Capital em locação	5.160.820	5.212.390
	<u>70.699.901</u>	<u>70.931.407</u>
<i>Crédito titulado</i>		
Papel comercial	2.555.829	2.711.682
Obrigações	1.741.522	1.672.998
	<u>4.297.351</u>	<u>4.384.680</u>
	74.997.252	75.316.087
Crédito vencido - menos de 90 dias	208.393	219.343
Crédito vencido - mais de 90 dias	1.931.705	1.812.780
	<u>77.137.350</u>	<u>77.348.210</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(2.102.679)</u>	<u>(2.157.094)</u>
	<u><u>75.034.671</u></u>	<u><u>75.191.116</u></u>

A análise do crédito a clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	736.914	700.500
Indústrias extractivas	543.029	390.322
Alimentação, bebidas e tabaco	648.459	764.556
Têxteis	561.047	604.422
Madeira e cortiça	305.052	314.996
Papel, artes gráficas e editoras	365.313	339.582
Químicas	989.520	1.012.677
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.333.464	1.317.710
Electricidade, água e gás	1.265.074	977.141
Construção	5.160.354	5.492.989
Comércio a retalho	2.060.863	2.208.398
Comércio por grosso	2.913.671	3.021.443
Restaurantes e hotéis	1.356.391	1.357.873
Transportes e comunicações	2.176.520	2.018.918
Serviços	16.508.950	16.578.852
Crédito ao consumo	5.096.827	5.088.656
Crédito hipotecário	29.542.852	29.068.536
Outras actividades nacionais	1.031.802	1.013.079
Outras actividades internacionais	4.541.248	5.077.560
	<u>77.137.350</u>	<u>77.348.210</u>
Imparidade para riscos de crédito	<u>(2.102.679)</u>	<u>(2.157.094)</u>
	<u><u>75.034.671</u></u>	<u><u>75.191.116</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercares
31 de Março de 2010

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, detidas por SPE's sujeitos a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).

As operações de securitização realizadas pelo Grupo respeitam a créditos hipotecários, créditos ao consumo, leasings, papel comercial e empréstimos a empresas. As referidas securitizações tradicionais realizadas são concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPE's). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPE's são consolidadas pelo método integral.

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Mar 2010		
	Tradicionais	Sintéticas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito hipotecário	6.163.813	-	6.163.813
Crédito ao consumo	682.960	-	682.960
Leasing	1.339.881	-	1.339.881
Papel comercial	665.125	-	665.125
Empréstimos a empresas	2.009.201	-	2.009.201
	10.860.980	-	10.860.980
Dez 2009			
	Tradicionais	Sintéticas	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Crédito hipotecário	5.845.786	-	5.845.786
Crédito ao consumo	684.596	-	684.596
Leasing	185.618	-	185.618
Papel comercial	484.146	-	484.146
Empréstimos a empresas	2.013.156	-	2.013.156
	9.213.302	-	9.213.302

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Valor bruto	5.876.123	5.936.249
Juros ainda não devidos	(715.303)	(723.859)
Valor líquido	5.160.820	5.212.390

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

A carteira de crédito a clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	3.913	5.825
Indústrias extractivas	607	101
Alimentação, bebidas e tabaco	4.932	8.324
Têxteis	16.258	15.362
Madeira e cortiça	6.044	4.188
Papel, artes gráficas e editoras	4.530	4.035
Químicas	7.557	9.208
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	21.103	26.635
Electricidade, água e gás	336	208
Construção	39.516	27.987
Comércio a retalho	7.580	8.332
Comércio por grosso	25.951	10.720
Restaurantes e hotéis	1.715	1.636
Transportes e comunicações	20.081	28.943
Serviços	194.476	18.101
Crédito ao consumo	150.427	121.171
Crédito hipotecário	135.720	107.410
Outras actividades nacionais	545	617
Outras actividades internacionais	7.213	12.001
	648.504	410.804

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	14.308	13.727
Indústrias extractivas	6.205	5.549
Alimentação, bebidas e tabaco	46.151	47.638
Têxteis	39.183	40.472
Madeira e cortiça	47.063	49.460
Papel, artes gráficas e editoras	22.617	19.254
Químicas	15.525	12.198
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	90.727	92.652
Electricidade, água e gás	1.202	536
Construção	353.335	286.556
Comércio a retalho	85.409	86.651
Comércio por grosso	205.169	263.277
Restaurantes e hotéis	64.483	54.371
Transportes e comunicações	46.062	45.023
Serviços	523.611	475.769
Crédito ao consumo	379.614	353.402
Crédito hipotecário	161.729	145.237
Outras actividades nacionais	18.782	16.013
Outras actividades internacionais	18.923	24.338
	2.140.098	2.032.123

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	2.157.094	1.480.456
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	(11.520)	-
Outras transferências	(9.914)	252.946
Dotação do período	345.292	252.147
Reversão do período	(180.226)	(80.212)
Utilização de imparidade	(212.377)	(8.303)
Diferenças cambiais	14.330	(13.442)
Saldo em 31 de Março	<u>2.102.679</u>	<u>1.883.592</u>

Conforme referido nesta nota, a rubrica Outras transferências inclui o efeito da adopção da Carta Circular nº15/2009 do Banco de Portugal.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	48.342	52.959
Indústrias extractivas	13.790	23.250
Alimentação, bebidas e tabaco	48.852	43.695
Têxteis	41.709	45.557
Madeira e cortiça	28.991	29.538
Papel, artes gráficas e editoras	18.665	17.110
Químicas	14.020	17.287
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	91.134	106.959
Electricidade, água e gás	6.377	5.002
Construção	196.180	193.204
Comércio a retalho	71.803	79.465
Comércio por grosso	187.647	277.736
Restaurantes e hotéis	40.215	35.942
Transportes e comunicações	42.390	44.700
Serviços	480.360	454.294
Crédito ao consumo	329.581	317.216
Crédito hipotecário	182.715	159.805
Outras actividades nacionais	8.091	7.278
Outras actividades internacionais	251.817	246.097
	<u>2.102.679</u>	<u>2.157.094</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por sector de actividade é a seguinte:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	3.429	6
Indústrias extractivas	4.287	-
Alimentação, bebidas e tabaco	3.568	423
Têxteis	381	461
Madeira e cortiça	6.379	796
Papel, artes gráficas e editoras	409	195
Químicas	17.140	28
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	13.066	42
Electricidade, água e gás	11.810	-
Construção	9.755	490
Comércio a retalho	6.401	651
Comércio por grosso	68.639	479
Restaurantes e hotéis	7.410	23
Transportes e comunicações	270	48
Serviços	40.969	1.025
Crédito ao consumo	14.490	2.008
Crédito hipotecário	835	168
Outras actividades nacionais	591	-
Outras actividades internacionais	2.548	1.460
	212.377	8.303

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2010 e 2009, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	17	219
Indústrias extractivas	11	191
Alimentação, bebidas e tabaco	6	203
Têxteis	344	122
Madeira e cortiça	5	9
Papel, artes gráficas e editoras	55	5
Químicas	-	25
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	117
Electricidade, água e gás	-	84
Construção	168	1.346
Comércio a retalho	3	702
Comércio por grosso	227	1.618
Restaurantes e hotéis	25	108
Transportes e comunicações	6	236
Serviços	608	587
Crédito ao consumo	482	2.106
Crédito hipotecário	-	120
Outras actividades nacionais	4	67
Outras actividades internacionais	-	2
	1.961	7.867

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

22. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3.069.939	2.423.924
De outros emissores	1.429.836	1.747.880
	4.499.775	4.171.804
Títulos vencidos	4.925	4.925
Imparidade para títulos vencidos	(4.925)	(4.925)
	4.499.775	4.171.804
Acções e outros títulos de rendimento variável	736.147	736.871
	5.235.922	4.908.675
Derivados de negociação	1.493.761	1.146.890
	6.729.683	6.055.565

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Março de 2010, é a seguinte:

	Títulos		
	Negociação	Disponíveis	
	Euros '000	para venda	Total
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	332.903	1.821	334.724
Estrangeiros	715.399	577.988	1.293.387
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	284.421	727.530	1.011.951
Estrangeiros	343.637	79.173	422.810
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	467.581	974.247	1.441.828
	2.143.941	2.360.759	4.504.700
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	10.814	85.455	96.269
Estrangeiras	7.840	289.017	296.857
Unidades de participação	21.183	321.087	342.270
Outros títulos	751	-	751
	40.588	695.559	736.147
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.925)	(4.925)
	2.184.529	3.051.393	5.235.922
Derivados de negociação	1.493.761	-	1.493.761
	3.678.290	3.051.393	6.729.683

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 42. A reserva de justo valor no montante de Euros 101.735.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 53.240.000.

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda - Títulos de rendimento variável - Acções de empresas estrangeiras, inclui o montante de Euros 229.198.000 relativo à participação detida na Eureka B.V. Esta participação é reavaliada anualmente com base em avaliações externas independentes obtidas no primeiro trimestre de cada exercício. Conforme referido na nota 42, a reserva de justo valor associada a esta participação ascende, em 31 de Março de 2010, a Euros 77.951.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2009, é a seguinte:

	Títulos		
	Negociação	Disponíveis	Total
	Euros '000	para venda	Euros '000
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	146.895	1.816	148.711
Estrangeiros	615.799	468.525	1.084.324
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	625.094	551.837	1.176.931
Estrangeiros	458.402	117.472	575.874
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	324.988	865.901	1.190.889
	<u>2.171.178</u>	<u>2.005.551</u>	<u>4.176.729</u>
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	8.556	115.241	123.797
Estrangeiras	7.325	264.091	271.416
Unidades de participação	20.842	318.678	339.520
Outros títulos	2.138	-	2.138
	<u>38.861</u>	<u>698.010</u>	<u>736.871</u>
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.925)	(4.925)
	2.210.039	2.698.636	4.908.675
Derivados de negociação	1.146.890	-	1.146.890
	<u>3.356.929</u>	<u>2.698.636</u>	<u>6.055.565</u>

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 42. A reserva de justo valor no montante de Euros 101.329.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 56.785.000.

A rubrica Activos financeiros disponíveis para venda - Títulos de rendimento variável - Acções de empresas estrangeiras, inclui o montante de Euros 212.359.000 relativo à participação detida na Eureka B.V. Esta participação é reavaliada anualmente com base em avaliações externas independentes obtidas no primeiro trimestre de cada exercício. Conforme referido na nota 42, a reserva de justo valor associada a esta participação ascende, em 31 de Dezembro de 2009 a Euros 61.113.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Março de 2010 é a seguinte:

	Obrigações	Acções	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	81	-	-	81
Têxteis	-	1	-	-	1
Madeira e cortiça	2.962	-	-	361	3.323
Papel, artes gráficas e editoras	41	6.731	-	998	7.770
Químicas	-	736	-	-	736
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	612	958	-	-	1.570
Electricidade, água e gás	-	2.376	-	-	2.376
Construção	-	32.884	-	2.560	35.444
Comércio a retalho	-	3	241	-	244
Comércio por grosso	-	2.437	-	475	2.912
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	89.246	14.716	-	529	104.491
Serviços	1.335.344	331.906	342.728	2	2.009.980
Outras actividades internacionais	1.631	246	52	-	1.929
	1.429.836	393.126	343.021	4.925	2.170.908
Títulos Públicos	1.628.111	-	1.441.828	-	3.069.939
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.925)	(4.925)
	3.057.947	393.126	1.784.849	-	5.235.922

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Dezembro de 2009 é a seguinte:

	Obrigações	Acções	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	73	-	-	73
Alimentação, bebidas e tabaco	-	234	-	-	234
Têxteis	-	1	-	-	1
Madeira e cortiça	2.444	-	-	361	2.805
Papel, artes gráficas e editoras	41	7.090	-	998	8.129
Químicas	-	45	-	-	45
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	105	1.095	-	-	1.200
Electricidade, água e gás	25.053	1.178	-	-	26.231
Construção	-	32.998	-	2.560	35.558
Comércio a retalho	-	-	241	-	241
Comércio por grosso	-	2.627	-	475	3.102
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	91.018	14.839	-	529	106.386
Serviços	1.627.635	334.773	341.365	2	2.303.775
Outras actividades internacionais	1.584	209	52	-	1.845
	1.747.880	395.213	341.658	4.925	2.489.676
Títulos Públicos	1.233.035	-	1.190.889	-	2.423.924
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.925)	(4.925)
	2.980.915	395.213	1.532.547	-	4.908.675

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Instrumentos de cobertura		
Activo:		
Swaps	403.856	465.848
Passivo:		
Swaps	94.413	75.483

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

24. Activos financeiros detidos até à maturidade

A rubrica de Activos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1.301.193	1.247.255
De outros emissores	985.972	780.099
	<u>2.287.165</u>	<u>2.027.354</u>

A análise por sector de actividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo incluídos na rubrica Activos financeiros detidos até à maturidade, é a seguinte:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Transportes e comunicações	97.450	97.141
Serviços	888.522	682.958
	985.972	780.099
Títulos Públicos	1.301.193	1.247.255
	<u>2.287.165</u>	<u>2.027.354</u>

25. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Instituições de crédito residentes	22.206	21.155
Instituições de crédito não residentes	21.464	20.767
Outras empresas residentes	414.245	393.589
Outras empresas não residentes	3.547	3.407
	<u>461.462</u>	<u>438.918</u>

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	17.369	16.802
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	4.095	3.965
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	400.453	380.110
SIIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	13.792	13.356
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	22.206	21.155
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	-	123
Outras	3.547	3.407
	<u>461.462</u>	<u>438.918</u>

Estes investimentos referem-se a entidades cujas acções não se encontram admitidas à negociação em Bolsa, sendo consolidados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital da companhia. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 48.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

26. Activos e passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Operações em descontinuação (Millennium Bank Anonim Sirketi - Turquia e Millennium bcpbank, national association - EUA)	1.026.726	495.151
Subsidiárias adquiridas com o objectivo de serem alienadas no curto-prazo	14.473	14.473
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.012.085	1.019.356
	2.053.284	1.528.980
Imparidade	(190.135)	(185.817)
	<u>1.863.149</u>	<u>1.343.163</u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k).

A rubrica Operações em descontinuação corresponde à subsidiária do Grupo na Turquia e nos Estados Unidos da América (EUA) que de acordo com as negociações actualmente em curso e a expectativa do Conselho de Administração Executivo será alienada num período inferior a 1 ano.

No âmbito destas operações e de acordo com o definido na IFRS 5, os respectivos activos e passivos da subsidiária são apresentados como segue:

- O total de activos e passivos atribuíveis ao Grupo, passaram a ser apresentados em duas linhas separadas de balanço, e os custos e proveitos do exercício, atribuíveis, são relevados nas demonstração de resultados consolidados nas linhas respectivas;
- Até ao momento da venda, o Grupo continua a consolidar em reservas e resultados, as variações ocorridas na situação patrimonial da respectiva subsidiária.

As principais rubricas relativas a esta subsidiária classificada como Activos não correntes disponíveis para venda são analisadas conforme segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Millennium Bank Anonim Sirketi	Millennium Bank Anonim Sirketi
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos</i>		
Aplicações em instituições de crédito	58.391	83.010
Créditos a clientes	347.635	336.665
Outros activos	84.929	75.476
	<u>490.955</u>	<u>495.151</u>
<i>Passivos</i>		
Depósitos em instituições de crédito	70.104	97.772
Depósitos de clientes	338.976	315.263
Outros passivos	20.897	22.797
	<u>429.977</u>	<u>435.832</u>
<i>Capitais próprios</i>		
Capital social, reservas e resultados acumulados	62.293	66.490
Resultado Líquido	(1.315)	(7.171)
	<u>60.978</u>	<u>59.319</u>
	<u>490.955</u>	<u>495.151</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

As principais rubricas da demonstração dos resultados, relativas a esta subsidiária, são analisadas conforme segue:

	Mar 2010			Dez 2009
	Millennium Bank	Millennium bcpbank		Millennium Bank
	Anonim Sirketi	national association	Total	Anonim Sirketi
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	2.086	4.121	6.207	1.028
Resultados de serviços e comissões	650	1.321	1.971	3.721
Resultados em operações financeiras	194	42	236	8.966
Outros proveitos/custos de exploração	425	48	473	(79)
Total de proveitos operacionais	3.355	5.532	8.887	13.636
Custos com pessoal	2.874	2.830	5.704	12.250
Outros gastos administrativos	1.908	1.998	3.906	8.228
Amortizações do exercício	336	416	752	1.088
Total de custos operacionais	5.118	5.244	10.362	21.566
Outros resultados líquidos	-	11	11	-
Imparidade de crédito e outros activos e outras provisões	135	(1.867)	(1.732)	(475)
Resultado operacional	(1.628)	(1.568)	(3.196)	(8.405)
Impostos	313	(2)	311	1.234
Lucro do período	(1.315)	(1.570)	(2.885)	(7.171)

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objectivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a uma sociedade imobiliária adquirida pelo Grupo no âmbito da reestruturação de uma exposição creditícia, e que o Grupo pretende alienar no prazo de 1 ano. Até ao momento da venda, o Grupo continua a consolidar em reservas e resultados, as variações ocorridas na situação patrimonial da subsidiária.

A rubrica Imóveis e outros activos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação prosolvendo).

Os referidos activos estão disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, tendo o Grupo uma estratégia para a sua alienação.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 138.205.000 (31 de Dezembro 2009: Euros 138.847.000).

27. Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui o montante de Euros 417.970.000 (31 de Dezembro de 2009: Euros 422.691.000) relativos a imóveis registados no Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, no Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária e no Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda que, de acordo com a SIC 12, são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

28. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Imóveis	947.390	958.453
Equipamento		
Mobiliário	95.683	97.412
Máquinas	55.797	57.711
Equipamento informático	305.479	305.874
Instalações interiores	140.896	141.144
Viaturas	20.245	20.552
Equipamento de segurança	77.919	76.844
Obras em curso	58.192	55.039
Outros activos tangíveis	50.707	46.302
	<u>1.752.308</u>	<u>1.759.331</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(21.654)	(90.510)
Relativas a períodos anteriores	<u>(1.099.750)</u>	<u>(1.018.804)</u>
	(1.121.404)	(1.109.314)
<i>Imparidade</i>	<u>(4.199)</u>	<u>(4.199)</u>
	<u><u>626.705</u></u>	<u><u>645.818</u></u>

29. Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	136.707	136.752
Outros activos intangíveis	60.359	57.603
	<u>197.066</u>	<u>194.355</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(4.096)	(14.226)
Relativas a períodos anteriores	<u>(163.822)</u>	<u>(146.893)</u>
	(167.918)	(161.119)
	<u>29.148</u>	<u>33.236</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ('Goodwill')</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	294.260	294.260
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	164.040	164.040
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Outros	2.537	2.600
	<u>501.696</u>	<u>501.759</u>
	<u><u>530.844</u></u>	<u><u>534.995</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

30. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	Mar 2010		Dez 2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	279	116	288	116
Outros activos tangíveis	2.228	6.722	1.950	7.404
Perdas por imparidade	192.462	14.513	190.358	15.372
Pensões de reforma	289.292	-	296.152	-
Activos financeiros disponíveis				
para venda (AFS)	246	18.984	235	4.348
Derivados	-	4.063	-	4.002
Imputação de lucros	52.904	-	44.556	-
Outros	74.491	145.684	60.118	110.000
Prejuízos fiscais reportáveis	162.728	-	131.835	-
	<u>774.630</u>	<u>190.082</u>	<u>725.492</u>	<u>141.242</u>
Activos por impostos diferidos	<u>584.548</u>		<u>584.250</u>	
Activos financeiros disponíveis				
para venda (AFS)	-	3.672	-	-
Outros	-	368	-	416
Passivos por impostos diferidos		<u>4.040</u>		<u>416</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>580.508</u>		<u>583.834</u>	

31. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Devedores	188.216	171.480
Valores a cobrar	19.265	27.413
Outros impostos a recuperar	77.082	77.596
Bonificações a receber	28.362	27.231
Associadas	25.130	18.322
Juros e outros proveitos a receber	42.690	33.101
Despesas antecipadas	1.648.036	1.660.532
Operações sobre títulos a receber	390.851	159.165
Valores a debitar a clientes	139.396	163.141
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-
Contas diversas	<u>242.660</u>	<u>336.506</u>
	2.801.688	2.674.487
Imparidade para outros activos	<u>(33.066)</u>	<u>(26.710)</u>
	<u>2.768.622</u>	<u>2.647.777</u>

32. Depósitos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito no país	780.478	1.261.417
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	<u>5.013.803</u>	<u>5.635.224</u>
	<u>5.794.281</u>	<u>6.896.641</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

33. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	14.122.391	14.577.945
Depósitos a prazo	28.879.876	28.210.357
Depósitos de poupança	2.435.390	2.942.325
Bilhetes do Tesouro e outros activos		
com acordo de recompra	233.974	241.002
Outros débitos	306.824	335.604
	45.978.455	46.307.233

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos, tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso n° 11/94 do Banco de Portugal.

34. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	17.484.718	17.502.050
Papel comercial	4.207.247	2.376.154
Outros	97.928	75.023
	21.789.893	19.953.227

35. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Vendas a descoberto	-	4.741
FRA	305	68
Swaps	1.113.804	953.083
Futuros	4.395	3.423
Opções	46.357	76.347
Derivados embutidos	13.059	15.439
Forwards	21.086	19.223
	1.199.006	1.072.324

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

36. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Depósitos de instituições de crédito	1.404.836	1.281.460
Depósitos de clientes	15.040	12.005
Empréstimos obrigacionistas	5.247.813	5.000.180
Papel comercial e outros passivos	66.738	51.938
	<u>6.734.427</u>	<u>6.345.583</u>

37. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	89.083	88.257
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	8.037	7.958
Matemática do ramo vida	36.661	38.654
Para participação nos resultados	898	1.824
Outras provisões técnicas	6.417	6.995
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	3.219	3.067
Outras provisões para riscos e encargos	90.498	86.365
	<u>234.813</u>	<u>233.120</u>

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	88.257	77.729
Transferências	(131)	87
Dotação do período	4.585	3.088
Reversão do período	(3.467)	(4.515)
Utilização de provisões	(120)	-
Diferenças cambiais	(41)	(598)
Saldo em 31 de Março	<u>89.083</u>	<u>75.791</u>

38. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Obrigações	2.193.054	2.229.266
Outros passivos subordinados	2.175	2.448
	<u>2.195.229</u>	<u>2.231.714</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Em 31 de Março de 2010, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	149.300	151.719
BCP Setembro 2011	Setembro 2001	Setembro 2011	Taxa fixa de 6,15%	120.000	123.871
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	Setembro 2008	Setembro 2018	Ver referência (i)	279.745	279.745
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008-2018	Outubro 2008	Outubro 2018	Ver referência (i)	77.202	77.202
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 6,360 %	79.933	79.933
Bank Millennium 2007	Dezembro 2007	Dezembro 2017	Taxa fixa de 6,337 %	149.763	149.763
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (ii)	15.000	14.979
BCP Finance Bank:					
EMTN 44ª Emissão - 1 Tranche	Março 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	397.188	408.227
EMTN 44ª Emissão - 2 Tranche	Maio 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	198.594	204.113
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (iii)	314.000	313.473
BCP Fin. Bank Ltd 2005	Maio 2005	Junho 2015	Ver referência (iv)	250.710	250.510
					<u>2.053.535</u>
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (v)	85	28
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	46.915	46.915
TOPS's BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6 meses + 0,4%	70.665	71.552
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (vi)	4.986	4.986
					<u>123.481</u>
<i>Outros passivos subordinados</i>					
BIM	Dezembro 2000	-	50% Tx Redescoto B.Moçambique	2.146	2.146
<i>Periodificações</i>					
					<u>16.067</u>
					<u>2.195.229</u>
Referências :					
(i)	- 1º ano 6%; 2º ao 5º ano Euribor 6 meses + 1%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,4%				
(ii)	- Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%				
(iii)	- Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011)				
(iv)	- Euribor 3 meses + 0,35% (0,85% a partir de Junho 2010)				
(v)	- Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%				
(vi)	- Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%				

39. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010 Euros '000	Dez 2009 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	42.570	72.731
Por contratos de 'Factoring'	18.049	22.501
Associadas	5.045	13.064
Outros credores	687.766	629.605
Sector Público Administrativo	67.802	62.306
Juros e outros custos a pagar	62.492	63.997
Receitas antecipadas	1.800	2.086
Férias e subsídios de férias a pagar	53.369	69.264
Outros custos administrativos a pagar	1.033	1.188
Operações sobre títulos a liquidar	444.218	156.659
Contas diversas	387.409	264.809
	<u>1.771.553</u>	<u>1.358.210</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

40. Capital, acções preferenciais e outros instrumentos de capital

O capital social do Banco é de Euros 4.694.600.000 representado por 4.694.600.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, e encontra-se integralmente realizado.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinada a refinarçar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu 3 tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos, os quais face às suas características são considerados, de acordo com a política contabilística nota 1h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32. As 3 tranches emitidas em 2009 são analisadas como segue:

- Em Junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

- Em Agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

- Em Dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

41. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 30 de Março de 2009, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 45.119.000. Conforme referido na nota 42 e de acordo com a proposta de aplicação de resultados de 2008, parte do valor da reserva legal foi transferido para a rubrica Outras reservas e resultados acumulados.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

42. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Outro rendimento integral:		
Diferença cambial de consolidação	(93.291)	(96.478)
Reservas de justo valor		
Activos financeiros disponíveis para venda	101.735	101.329
Cobertura de fluxos de caixa	7.472	(160)
Impostos		
Activos financeiros disponíveis para venda	(4.940)	(7.439)
Cobertura de fluxos de caixa	(1.966)	30
	9.010	(2.718)
Reservas livres e resultados acumulados:		
Reserva legal	425.410	425.410
Reserva estatutária	10.000	10.000
Outras reservas e resultados acumulados	2.672.943	2.463.481
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Outras reservas de consolidação	(164.621)	(162.488)
	60.152	(147.177)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercares
31 de Março de 2010

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 41. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos Activos financeiros detidos para venda e da cobertura dos fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos que, de acordo com os estatutos da sociedade, é distribuível.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, uma correcção de Euros 220.500.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que de acordo com o definido nas IAS/IFRS, são reconhecidos nos capitais próprios.

43. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Acções do Banco Comercial Português, S.A.	Outros títulos próprios	Total
Mar 2010			
Valor de balanço (Euros '000)	23.611	65.469	89.080
Número de títulos	28.617.964	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,83		
Dez 2009			
Valor de balanço (Euros '000)	19.115	66.433	85.548
Número de títulos	22.950.021	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,83		

As acções próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(*) Esta rubrica em 31 de Março de 2010, inclui 23.130.300 acções (31 de Dezembro de 2009: 10.366.667 acções) detidas por clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 32/39 as acções do Banco por eles detidas foram, apenas para efeitos contabilísticos e em respeito por esta norma, consideradas como acções próprias.

44. Interesses minoritários

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Mar 2010	Dez 2009	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Bank Millennium, S.A.	348.917	234.198	5.952	911
BIM - Banco Internacional de Moçambique	53.618	55.516	5.237	5.360
Banco Millennium Angola, S.A.	55.343	52.090	2.310	544
Outras subsidiárias	2.510	2.501	12	(487)
	460.388	344.305	13.511	6.328

45. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avals prestados	8.673.238	8.519.462
Garantias e avals recebidos	31.930.367	32.432.228
Compromissos perante terceiros	15.343.940	14.045.340
Compromissos assumidos por terceiros	14.019.147	14.410.522
Valores recebidos em depósito	166.294.758	163.465.691
Valores depositados na Central de Valores	156.113.310	151.596.727
Outras contas extrapatrimoniais	160.324.899	161.721.899

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Os montantes de Garantias e avals prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Mar 2010	Dez 2009
	Euros '000	Euros '000
<i>Garantias e avals prestados:</i>		
Garantias e avals	7.891.538	7.760.959
Cartas de crédito "stand-by"	223.725	212.438
Créditos documentários abertos	460.087	441.369
Fianças e indemnizações	97.630	104.217
Outros passivos eventuais	258	479
	<u>8.673.238</u>	<u>8.519.462</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	2.256.864	558.977
Linhas de crédito irrevogáveis	3.490.005	3.477.010
Subscrição de títulos	71.484	51.218
Outros compromissos irrevogáveis	254.767	277.743
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	6.929.452	7.283.037
Facilidades em descobertos de conta	2.312.790	2.366.468
Outros compromissos revogáveis	28.578	30.887
	<u>15.343.940</u>	<u>14.045.340</u>

No âmbito da sua actividade normal o Grupo oferece determinados produtos financeiros que tradicionalmente incluem instrumentos relacionados com crédito registados em contas extrapatrimoniais.

As garantias e avals prestados podem dizer respeito a operações relacionadas ou não com crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transacções comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transacções encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objectiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1c). A exposição máxima de crédito, é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se prevêem quaisquer perdas materiais nestas operações.

46. Factos relevantes ocorridos durante 2010

Banco Comercial Português informa sobre acordo de alienação de 95% do Millennium Bank AS na Turquia

Em 10 de Fevereiro de 2010, o Banco Comercial Português assinou um acordo com a instituição financeira Credit Europe Bank, N.V., entidade detida pelo grupo financeiro Fiba Holding, A.S. com vista à alienação por parte do Grupo Banco Comercial Português de participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia, pelo preço global aproximado de 61,8 milhões euros, sujeito a ajustamento final aquando da sua execução. O Banco manterá uma participação de 5% na sociedade, tendo estabelecido com o comprador um mecanismo de opções de compra e de venda prevendo a possibilidade de alienação do remanescente da sua participação por preço por acção não inferior ao agora acordado. Esta transacção, cuja execução se encontra sujeita às necessárias autorizações regulamentares das autoridades competentes, gerará uma mais-valia, antes de impostos, de aproximadamente 5,4 milhões milhões e terá um impacto positivo de 6 pontos base no rácio de capital Tier I do Banco Comercial Português.

Banco Comercial Português informa sobre acordo de alienação da rede de sucursais do do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA)

Em 30 de Março de 2010, o Banco Comercial Português, S.A. (BCP) informou ter tomado a decisão de sair do mercado dos Estados Unidos. Na prossecução deste objectivo, o BCP assinou um acordo com o Investors Savings Bank que contempla a alienação da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA) e da respectiva base de depósitos, no valor aproximado de 600 milhões de dólares. Para além do referido acordo, as duas entidades pretendem assinar um acordo de aquisição de créditos através do qual o Investors Saving Bank irá comprar uma parte da carteira de crédito do Millennium bcpbank. O BCP estabeleceu igualmente um acordo de cooperação com o comprador no que respeita às remessas financeiras oriundas dos EUA. Em resultado desta transacção, o BCP deixará de desenvolver novas actividades comerciais de retalho nos EUA. Esta transacção, aprovada pelos Conselhos de Administração de ambas as empresas fica sujeita às necessárias autorizações regulamentares e deverá estar concluída durante o 3.º trimestre de 2010, não tendo impacto significativo nos rácios de capital do BCP. O BCP congratula-se pelo acordo alcançado com o Investors Savings Bank, o qual permitirá assegurar a manutenção de um serviço de excelência aos seus clientes nos EUA.

47. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto na IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo Millennium bcp, o segmento primário corresponde aos segmentos utilizados para efeitos de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo. O Grupo Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca Comercial, de Corporate e Banca de Investimento e de Private Banking e Asset Management.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Grupo, tanto em termos de volumes de negócios como ao nível de contribuição para os resultados líquidos. O negócio de Banca Comercial inclui a rede do Banco Comercial Português em Portugal, actuando como canal de distribuição orientado para os segmentos da Banca de Retalho e Empresas, centrando a sua actividade na satisfação das necessidades dos clientes particulares e pequenas e médias empresas, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento.

O segmento Banca de Retalho e Empresas apresenta duas abordagens específicas: (i) a Banca de Retalho em Portugal encontra-se delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes “Mass-market”, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justifica uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes “Prestige” e “Negócios”; (ii) a rede Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados. A Banca de Retalho e Empresas inclui também o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos simples e modernos. No âmbito da estratégia de “cross-selling”, o segmento Banca de Retalho e Empresas funciona como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade das áreas de negócios do Millennium bcp.

O segmento Corporate e Banca de Investimento inclui: (i) a rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de “Project finance”, “Corporate finance”, corretagem de valores mobiliários e “Equity research”, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

A actividade de Private Banking e Asset Management é assegurada pela rede de Private Banking em Portugal e pelas subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento.

Os Negócios no Exterior englobam as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente Bank Millennium na Polónia, Millennium Bank na Grécia, Banque Privée BCP na Suíça, Banca Millennium na Roménia, BIM - Banco Internacional de Moçambique em Moçambique, Banco Millennium Angola em Angola e Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Cayman. O Millennium Bank na Turquia e Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América encontram-se em processo de alienação.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação baseada na inovação de produtos e serviços e na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma plataforma de “Private banking” de direito suíço e na Roménia com uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco enfocado em clientes particulares e em empresas e instituições do sector público e privado e nas Ilhas Cayman pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de “Private banking” a clientes com elevado património financeiro (segmento “Affluent”).

No segmento Outros incluem-se a gestão centralizada de participações financeiras, as actividades e operações de carácter corporativo não integradas nos segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de “Bancassurance”, uma “Joint-venture” com o Grupo Belga-Holandês Fortis, e outros valores não alocados aos segmentos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Actividade dos segmentos de negócio

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da conta de exploração, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se actualmente o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito. Em 2009, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado o método "standard" para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

Os custos operacionais apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nos centros de custo respectivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afectação de custos, por outro. A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados pelas unidades orgânicas, entre outros.

A afectação deste último conjunto de custos é efectuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de actividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas.

Os fluxos financeiros gerados pelas áreas de negócio, designadamente as aplicações de fundos associadas aos depósitos captados e as tomadas de fundos relacionadas com a concessão de créditos, são processados a preços de mercado, tendo como contraparte a Tesouraria do Banco. Estes preços de mercado são determinados em função da moeda, do prazo da operação e dos respectivos períodos de "repricing". Por outro lado, todos os fluxos financeiros resultantes de afectação de capitais são valorizados com base na taxa média da Euribor a 6 meses para os períodos considerados.

Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas, no primeiro trimestre de 2009, as alterações estruturais ocorridas no segundo trimestre de 2009 ao nível da organização dos segmentos: a rede Empresas foi incorporada no segmento Banca de Retalho e Empresas passando a rede Corporate a fazer parte do segmento Corporate e Banca de Investimento enquanto o Banque Privée BCP na Suíça e o Millennium bcp Bank & Trust nas ilhas Cayman foram enquadrados no âmbito dos Negócios no Exterior, deixando de fazer parte do Private Banking e Asset Management. A afectação de capital de cada segmento de negócio no primeiro trimestre de 2010 foi de 6,5% tendo sido, para efeitos comparativos, considerada a mesma percentagem de afectação de capital no período homólogo de 2009.

As contribuições líquidas de cada segmento reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização, a 31 de Março de 2010, das áreas de negócio do Grupo.

Segmentos Geográficos

O Grupo actua com especial enfoque no mercado Português, operando ainda num conjunto restrito de mercados de afinidade e em mercados que apresentam maiores perspectivas de crescimento. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia, Moçambique, Angola, e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo ActivoBank7 e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia); o segmento Grécia encontra-se representado pela actividade do Millennium Bank (Grécia), o segmento Moçambique encontra-se representado pela actividade do BIM - Banco Internacional de Moçambique (Moçambique) e o segmento Angola encontra-se representado pela actividade do Banco Millennium Angola (Angola). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como pelo Banque Privée BCP na Suíça, pela Banca Millennium na Roménia, pelo Millennium Bank na Turquia, pelo Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Cayman e pelo Millennium bcpbank nos Estados Unidos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Em 31 de Março de 2010 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio, é apresentada como segue:

	Banca Comercial			Corporate e Banca de Investimento	Private Banking e Asset Management	Outros	Consolidado
	Banca de Retail e Empresas	Negócios no Exterior	Total				
Demonstração de Resultados							
Juros e proveitos equiparados	323.721	289.761	613.482	102.082	15.193	65.160	795.917
Juros e custos equiparados	(146.239)	(163.430)	(309.669)	(48.394)	(8.108)	(89.154)	(455.325)
Margem financeira	177.482	126.331	303.813	53.688	7.085	(23.994)	340.592
Comissões e outros proveitos	139.394	86.370	225.764	37.802	10.481	(8.553)	265.494
Comissões e outros custos	(4.917)	(19.092)	(24.009)	(535)	(3.904)	(25.859)	(54.307)
Comissões e outros proveitos líquidos	134.477	67.278	201.755	37.267	6.577	(34.412)	211.187
Resultados em operações financeiras	40	32.533	32.573	8.723	2	94.061	135.359
Custos com pessoal e FSTs	179.284	132.282	311.566	18.368	8.707	17.855	356.496
Amortizações	428	11.858	12.286	25	-	13.439	25.750
Custos operacionais	179.712	144.140	323.852	18.393	8.707	31.294	382.246
Imparidade e provisões	(65.231)	(40.217)	(105.448)	(45.296)	(11.171)	(24.661)	(186.576)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	92	-	16.646	16.738
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	(3.133)	(3.133)
Resultado antes de impostos	67.056	41.785	108.841	36.081	(6.214)	(6.787)	131.921
Impostos	(17.786)	(7.217)	(25.003)	(9.561)	1.715	10.843	(22.006)
Interesses minoritários	-	(12.798)	(12.798)	-	-	(713)	(13.511)
Resultado do período	49.270	21.770	71.040	26.520	(4.499)	3.343	96.404
Rédito intersegmentos	3.867	-	3.867	(2.832)	(1.035)	-	-
Balço							
Caixa e aplicações em instituições de crédito	8.252.532	6.412.717	14.665.249	5.811.105	289.718	(15.864.686)	4.901.386
Crédito a clientes	44.803.629	16.302.978	61.106.607	12.984.569	1.832.549	(889.054)	75.034.671
Activos financeiros	1.327	3.327.341	3.328.668	1.747.331	1.682	4.343.023	9.420.704
Outros activos	706.037	1.482.722	2.188.759	53.828	21.146	5.039.760	7.303.493
Total do Activo	53.763.525	27.525.758	81.289.283	20.596.833	2.145.095	(7.370.957)	96.660.254
Depósitos de instituições de crédito	7.951.170	8.310.751	16.261.921	5.073.936	160.937	(13.184.750)	8.312.044
Depósitos de clientes	22.127.595	15.138.756	37.266.351	6.255.517	1.488.874	967.713	45.978.455
Títulos de dívida emitidos	14.907.225	975.752	15.882.977	5.682.640	224.291	(15)	21.789.893
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.315.744	302.063	5.617.807	2.026.364	79.980	209.282	7.933.433
Outros passivos financeiros	610.643	361.708	972.351	291.719	33.836	991.736	2.289.642
Outros passivos	218.227	1.184.400	1.402.627	30.170	11.286	1.489.108	2.933.191
Total do Passivo	51.130.604	26.273.430	77.404.034	19.360.346	1.999.204	(9.526.926)	89.236.658
Capital e Interesses Minoritários	2.632.921	1.252.328	3.885.249	1.236.487	145.891	2.155.969	7.423.596
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	53.763.525	27.525.758	81.289.283	20.596.833	2.145.095	(7.370.957)	96.660.254

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Em 31 de Março de 2009 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

	Banca Comercial				Private Banking e Asset Management		
	Banca de Retalho e Empresas	Negócios no Exterior	Total	Corporate e Banca de Investimento		Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados							
Juros e proveitos equiparados	611.167	326.025	937.192	169.727	28.878	(33.708)	1.102.089
Juros e custos equiparados	(351.675)	(241.859)	(593.534)	(116.634)	(17.915)	(197)	(728.280)
Margem financeira	259.492	84.166	343.658	53.093	10.963	(33.905)	373.809
Comissões e outros proveitos	119.262	71.539	190.801	36.080	10.656	7.240	244.777
Comissões e outros custos	(5.558)	(20.390)	(25.948)	2.480	(3.867)	(34.373)	(61.708)
Comissões e outros proveitos líquidos	113.704	51.149	164.853	38.560	6.789	(27.133)	183.069
Resultados em operações financeiras	(6)	48.431	48.425	6.831	1	94.517	149.774
Custos com pessoal e FSTs	199.585	122.240	321.825	21.382	9.281	22.045	374.533
Amortizações	401	10.810	11.211	66	-	14.907	26.184
Custos operacionais	199.986	133.050	333.036	21.448	9.281	36.952	400.717
Imparidade e provisões	(103.894)	(47.087)	(150.981)	(29.663)	(14.318)	(1.967)	(196.929)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	(984)	-	12.483	11.499
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	21.366	21.366
Resultado antes de impostos	69.310	3.609	72.919	46.389	(5.846)	28.409	141.871
Impostos	(18.334)	788	(17.546)	(12.543)	1.987	(764)	(28.866)
Interesses minoritários	-	(6.357)	(6.357)	-	-	29	(6.328)
Resultado do período	50.976	(1.960)	49.016	33.846	(3.859)	27.674	106.677
Rédito intersegmentos	9.375	-	9.375	(9.743)	368	-	-
Balanço							
Caixa e aplicações em instituições de crédito	9.356.673	5.848.530	15.205.203	6.525.594	392.869	(18.511.649)	3.612.017
Crédito a clientes	46.162.096	15.748.779	61.910.875	13.230.289	2.289.662	(1.490.845)	75.939.981
Activos financeiros	1.426	2.715.276	2.716.702	2.777.976	1.689	1.676.905	7.173.272
Outros activos	782.781	521.808	1.304.589	475.260	21.073	4.558.625	6.359.547
Total do Activo	56.302.976	24.834.393	81.137.369	23.009.119	2.705.293	(13.766.964)	93.084.817
Depósitos de instituições de crédito	13.620.457	7.354.805	20.975.262	7.363.759	513.045	(19.332.935)	9.519.131
Depósitos de clientes	20.252.159	13.803.444	34.055.603	6.211.419	1.338.772	1.821.484	43.427.278
Títulos de dívida emitidos	12.516.650	1.041.400	13.558.050	5.128.251	455.692	(36.683)	19.105.310
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	6.572.097	723.407	7.295.504	2.435.056	239.270	176.342	10.146.172
Outros passivos financeiros	1.039.143	597.036	1.636.179	474.684	48.317	525.460	2.684.640
Outros passivos	267.476	428.773	696.249	468.808	15.577	974.155	2.154.789
Total do Passivo	54.267.982	23.948.865	78.216.847	22.081.977	2.610.673	(15.872.177)	87.037.320
Capital e Interesses Minoritários	2.034.994	885.528	2.920.522	927.142	94.620	2.105.213	6.047.497
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	56.302.976	24.834.393	81.137.369	23.009.119	2.705.293	(13.766.964)	93.084.817

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Em 31 de Março de 2010 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos, é apresentada como segue:

	Portugal										
	Banca de Retail e Empresas	Corporate e Banca de Investimento	Private Banking e Asset Management	Outros	Total	Polónia	Grécia	Moçambique	Angola	Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados											
Juros e proveitos equiparados	323.721	102.082	15.193	65.160	506.156	144.286	61.933	14.373	27.991	41.178	795.917
Juros e custos equiparados	(146.239)	(48.394)	(8.108)	(89.154)	(291.895)	(91.404)	(32.077)	(4.218)	(7.589)	(28.142)	(455.325)
Margem financeira	177.482	53.688	7.085	(23.994)	214.261	52.882	29.856	10.155	20.402	13.036	340.592
Comissões e outros proveitos	139.394	37.802	10.481	(8.553)	179.124	44.623	13.902	3.464	12.806	11.575	265.494
Comissões e outros custos	(4.917)	(535)	(3.904)	(25.859)	(35.215)	(7.900)	(2.717)	(261)	(5.874)	(2.340)	(54.307)
Comissões e outros proveitos líquidos	134.477	37.267	6.577	(34.412)	143.909	36.723	11.185	3.203	6.932	9.235	211.187
Resultados em operações financeiras	40	8.723	2	94.061	102.826	14.114	(767)	6.428	10.923	1.835	135.359
Custos com pessoal e FSTs	179.284	18.368	8.707	17.855	224.214	58.216	26.707	9.976	13.648	23.735	356.496
Amortizações	428	25	-	13.439	13.892	4.868	2.540	1.080	1.346	2.024	25.750
Custos operacionais	179.712	18.393	8.707	31.294	238.106	63.084	29.247	11.056	14.994	25.759	382.246
Imparidade e provisões	(65.231)	(45.296)	(11.171)	(24.661)	(146.359)	(20.811)	(10.591)	(3.808)	(4.686)	(321)	(186.576)
Resultados por equivalência patrimonial	-	92	-	16.646	16.738	-	-	-	-	-	16.738
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	(3.133)	(3.133)	-	-	-	-	-	(3.133)
Resultado antes de de impostos	67.056	36.081	(6.214)	(6.787)	90.136	19.824	436	4.922	18.577	(1.974)	131.921
Impostos	(17.786)	(9.561)	1.715	10.843	(14.789)	(4.052)	(2)	(125)	(3.288)	250	(22.006)
Interesses minoritários	-	-	-	(713)	(713)	(5.440)	-	(2.267)	(5.091)	-	(13.511)
Resultado do período	49.270	26.520	(4.499)	3.343	74.634	10.332	434	2.530	10.198	(1.724)	96.404
Rédito intersegmentos	3.867	(2.832)	(1.035)	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanco											
Caixa e aplicações em instituições de crédito	8.252.532	5.811.105	289.718	(15.864.686)	(1.511.331)	552.927	1.327.380	142.814	182.858	4.206.738	4.901.386
Crédito a clientes	44.803.629	12.984.569	1.832.549	(889.054)	58.731.693	8.527.692	5.139.003	348.414	636.007	1.651.862	75.034.671
Activos financeiros	1.327	1.747.331	1.682	4.343.023	6.093.363	2.440.625	333.017	224.414	149.673	179.612	9.420.704
Outros activos	706.037	53.828	21.146	5.039.760	5.820.771	163.220	105.147	66.439	73.294	1.074.622	7.303.493
Total do Activo	53.763.525	20.596.833	2.145.095	(7.370.957)	69.134.496	11.684.464	6.904.547	782.081	1.041.832	7.112.834	96.660.254
Depósitos de instituições de crédito	7.951.170	5.073.936	160.937	(13.184.750)	1.293	2.005.398	2.121.403	220.033	44.600	3.919.317	8.312.044
Depósitos de clientes	22.127.595	6.255.517	1.488.874	967.713	30.839.699	8.436.755	3.502.381	463.474	784.654	1.951.492	45.978.455
Títulos de dívida emitidos	14.907.225	5.682.640	224.291	(15)	20.814.141	281.956	693.796	-	-	-	21.789.893
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.315.744	2.026.364	79.980	209.282	7.631.370	177.738	66.730	43	-	57.552	7.933.433
Outros passivos financeiros	610.643	291.719	33.836	991.736	1.927.934	159.282	114.926	15.277	23.139	49.084	2.289.642
Outros passivos	218.227	30.170	11.286	1.489.108	1.748.791	112.492	41.103	17.385	89.671	923.749	2.933.191
Total do Passivo	51.130.604	19.360.346	1.999.204	(9.526.926)	62.963.228	11.173.621	6.540.339	716.212	942.064	6.901.194	89.236.658
Capital e Interesses Minoritários	2.632.921	1.236.487	145.891	2.155.969	6.171.268	510.843	364.208	65.869	99.768	211.640	7.423.596
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	53.763.525	20.596.833	2.145.095	(7.370.957)	69.134.496	11.684.464	6.904.547	782.081	1.041.832	7.112.834	96.660.254

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Em 31 de Março de 2009 a contribuição líquida dos principais segmentos geograficos é apresentada como segue:

	Portugal										
	Banca de	Corporate	Private								
	Retalho	e Banca de	Banking e								
	e Empresas	Investimento	Asset	Outros	Total	Polónia	Grécia	Moçambique	Angola	Outros	Consolidado
			Management								
Demonstração de Resultados											
Juros e proveitos equiparados	611.167	169.727	28.878	(33.708)	776.064	137.887	84.366	8.024	29.505	66.243	1.102.089
Juros e custos equiparados	(351.675)	(116.634)	(17.915)	(197)	(486.421)	(111.989)	(58.704)	(3.929)	(7.085)	(60.152)	(728.280)
Margem financeira	259.492	53.093	10.963	(33.905)	289.643	25.898	25.662	4.095	22.420	6.091	373.809
Comissões e outros proveitos	119.262	36.080	10.656	7.240	173.238	35.821	11.904	2.186	13.390	8.238	244.777
Comissões e outros custos	(5.558)	2.480	(3.867)	(34.373)	(41.318)	(8.396)	(3.734)	(314)	(5.861)	(2.085)	(61.708)
Comissões e outros proveitos líquidos	113.704	38.560	6.789	(27.133)	131.920	27.425	8.170	1.872	7.529	6.153	183.069
Resultados em operações financeiras	(6)	6.831	1	94.517	101.343	31.326	2.756	1.933	4.190	8.226	149.774
Custos com pessoal e FSTs	199.585	21.382	9.281	22.045	252.293	51.211	27.436	5.162	13.772	24.659	374.533
Amortizações	401	66	-	14.907	15.374	4.258	2.377	794	1.527	1.854	26.184
Custos operacionais	199.986	21.448	9.281	36.952	267.667	55.469	29.813	5.956	15.299	26.513	400.717
Imparidade e provisões	(103.894)	(29.663)	(14.318)	(1.967)	(149.842)	(28.299)	(7.954)	(1.071)	(112)	(9.651)	(196.929)
Resultados por equivalência patrimonial	-	(984)	-	12.483	11.499	-	-	-	-	-	11.499
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	21.366	21.366	-	-	-	-	-	21.366
Resultado antes de de impostos	69.310	46.389	(5.846)	28.409	138.262	881	(1.179)	873	18.728	(15.694)	141.871
Impostos	(18.334)	(12.543)	1.987	(764)	(29.654)	119	275	978	(3.298)	2.714	(28.866)
Interesses minoritários	-	-	-	29	29	(344)	-	(875)	(5.138)	-	(6.328)
Resultado do período	50.976	33.846	(3.859)	27.674	108.637	656	(904)	976	10.292	(12.980)	106.677
Rédito intersegmentos	9.375	(9.743)	368	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço											
Caixa e aplicações em instituições de crédito	9.356.673	6.525.594	392.869	(18.511.649)	(2.236.513)	563.728	1.135.564	123.941	222.414	3.802.883	3.612.017
Crédito a clientes	46.162.096	13.230.289	2.289.662	(1.490.845)	60.191.202	7.733.806	4.823.649	239.184	464.974	2.487.166	75.939.981
Activos financeiros	1.426	2.777.976	1.689	1.676.905	4.457.996	1.755.082	398.231	174.247	231.581	156.135	7.173.272
Outros activos	782.781	475.260	21.073	4.558.625	5.837.739	215.874	111.991	41.024	68.889	84.030	6.359.547
Total do Activo	56.302.976	23.009.119	2.705.293	(13.766.964)	68.250.424	10.268.490	6.469.435	578.396	987.858	6.530.214	93.084.817
Depósitos de instituições de crédito	13.620.457	7.363.759	513.045	(19.332.935)	2.164.326	1.690.208	1.951.402	189.573	51.079	3.472.543	9.519.131
Depósitos de clientes	20.252.159	6.211.419	1.338.772	1.821.484	29.623.834	6.943.680	3.080.645	320.115	747.234	2.711.770	43.427.278
Títulos de dívida emitidos	12.516.650	5.128.251	455.692	(36.683)	18.063.910	201.459	839.941	-	-	-	19.105.310
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	6.572.097	2.435.056	239.270	176.342	9.422.765	618.276	33.834	208	-	71.089	10.146.172
Outros passivos financeiros	1.039.143	474.684	48.317	525.460	2.087.604	286.552	165.155	17.825	33.780	93.724	2.684.640
Outros passivos	267.476	468.808	15.577	974.155	1.726.016	154.272	148.224	15.768	89.612	20.897	2.154.789
Total do Passivo	54.267.982	22.081.977	2.610.673	(15.872.177)	63.088.455	9.894.447	6.219.201	543.489	921.705	6.370.023	87.037.320
Capital e Interesses Minoritários	2.034.994	927.142	94.620	2.105.213	5.161.969	374.043	250.234	34.907	66.153	160.191	6.047.497
Total do Passivo, Capital e Interesses Minoritários	56.302.976	23.009.119	2.705.293	(13.766.964)	68.250.424	10.268.490	6.469.435	578.396	987.858	6.530.214	93.084.817

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido do Grupo

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

	Mar 2010	Mar 2009
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido (excluindo efeito dos Interesses Minoritários)		
Banca de Retalho e Empresas	49.268	50.975
Corporate e Banca de Investimento	26.519	33.846
Private Banking e Asset Management	(4.498)	(3.859)
Negócios no Exterior	34.568	4.398
	105.857	85.360
Impacto na margem financeira da alocação de capital (1)	4.460	8.866
	101.397	76.494
Valores não imputados aos segmentos:		
Interesses minoritários	(13.511)	(6.328)
Custos operacionais (2)	(31.293)	(37.046)
Imparidade e outras provisões	(24.663)	(1.967)
Ganhos obtidos na alienação de activos (3)	-	21.183
Instrumentos avaliados ao FVO (Risco de crédito próprio)	36.270	20.499
Contabilização de cobertura de risco de taxa de juro (4)	52.685	45.178
Outros (5)	(24.480)	(11.336)
Total não imputado aos segmentos	(4.992)	30.183
Resultado líquido consolidado	96.404	106.677

(1) Representa o impacto na margem financeira decorrente da alocação de capital. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

(2) Inclui os custos operacionais não alocados aos segmentos de negócio, nomeadamente os relacionados com as áreas corporativas e com projectos estratégicos.

(3) Valias contabilísticas apuradas com a dispersão do capital social do Banco Millennium em Angola.

(4) Resultados em operações financeiras associados à estratégia de cobertura económica do risco de taxa de juro associado a um passivo de taxa fixa, que foi efectuado através de um "swap" de taxa de juro, resultantes de quebras de cobertura na sequência de avaliação da efectividade efectuados regularmente.

(5) Inclui o financiamento dos activos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas bem como o efeito fiscal associado aos restantes impactos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

48. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 31 de Março de 2010 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Lisboa	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	100,0
Interfundos - Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliário	100,0	100,0	100,0
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	100,0	–
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BII Finance Company	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	–
Banco ActivoBank (Portugal), S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	1.500.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	3.809.398.820	AOA	Banca	52,7	52,7	52,7
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.773	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	65,5	–
Millennium Dom Maklerski S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
Millennium Leasing Sp. z o.o.	Varsóvia	43.400.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
Millennium Lease Sp.z o.o.	Varsóvia	86.318.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	100,0	65,5	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	65,5	–
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	65,5	–
Millennium Service Sp. z o.o	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	65,5	–
Millennium Telecommunication Sp. z o.o.	Varsóvia	100.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
Millennium bcpbank, national association	Newark	2.500.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Societé Anonyme	Atenas	184.905.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium Bank, Anonim Sirketi	Istambul	202.535.316	TRY	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Fin, Vehicles, Vessels, Appliances and Equipment Trading, Societé Anonyme	Atenas	589.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Banca Millennium S.A.	Bucareste	465.830.000	RON	Banca	100,0	100,0	–
BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Bitalpart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP holdings (usa), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
MBCPPhoenix, LLC	Delaware	33.389.021	USD	Serviços	100,0	100,0	–
Millennium bcp Bank & Trust	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company	George Town	1.031.000.742	EUR	Financeira	100,0	3,0	–
Millennium BCP - Escritório de Representações e Serviços, Ltda.	São Paulo	27.200.000	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium BCP Teleserviços - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Banpor Consulting S.R.L.	Bucareste	1.750.000	RON	Serviços	100,0	100,0	100,0
Comercial Imobiliária, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Paço de Palmeira - Sociedade Agrícola e Comercial, Lda	Braga	39.905	EUR	Sociedade Agrícola	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	330.250	EUR	Serviços	93,8	94,3	73,7
Servitrust - Trust Management and Services, S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S A.	Porto	1.750.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	100,0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
31 de Março de 2010

Em 31 de Março de 2010 as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Baía de Luanda	Luanda	19.200.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Banque BCP, S.A.S.	Paris	65.000.000	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	Luxemburgo	12.500.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
Luanda Waterfront Corporation	George Town	9.804	USD	Serviços	10,0	10,0	–
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,9	21,9	21,5
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	30,3	30,3	30,0
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 31 de Março de 2010 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium Insurance Agent Unipersonal Limited Liability Company	Atenas	18.000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	–
S&P Reinsurance Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	100,0
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–